REVISTA #1 · DEZ 2017 · SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CABECEIRAS DE BASTO

140 anos

Ao serviço dos que mais precisam

Santa Casa da Misericórdia
S. Miguel de Refojos

Santa Casa da Misericórdia
S. Miguel de Refojos

ÍNDICE

4 EDITORIAL
Dr.ª Natália Correia

6 MENSAGEM DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL
Dr. Albino Natividade

7 MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL
Eng. Francisco Campilho

8 ENTREVISTA À PROVEDORA

12 SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE S. MIGUEL DE REFOJOS
ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A SUA HISTÓRIA
Dr. Francisco Fraga

17 VIVER, PARTILHAR E ACOMPANHAR A MISERICÓRDIA
Profª Ana Barrosa Queirós

19 FAZER E SER MISERICÓRDIA
D. Jorge Ortiga

21 MISERICÓRDIAS SÃO BALUARTE DA SOLIDARIEDADE EM PORTUGAL
Dr. Manuel Lemos

23 O TEMPO DAS MISERICÓRDIAS E AS MISERICÓRDIAS NO TEMPO
Doutora Marta Lobo de Araújo

33 COMEMORAÇÕES DOS 140 ANOS
Dr. José Teixeira

43 SERVIÇOS RELIGIOSOS
Pe. Manuel Quinta

43 APRESENTAÇÃO DAS RESPOSTAS SOCIAIS/VALÊNCIAS DA INSTITUIÇÃO

43 LAR DR. MANUEL FRAGA
Dr.ª Elsa Antunes

44 APOIO DOMICILIÁRIO
Dr.ª Inês Bastos

47 UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS
Enf. António José Barroso

50 ACADEMIA DE CULTURA
Pedro Andrade

Dr.ª Natália Correia. Provedora da Santa Casa da Misericórdia

EDITORIAL

No dia 28 de setembro de 2017 a Santa Casa da Misericórdia de S. Miguel de Refojos completou 140 anos de existência. Foi no, já longínquo, ano de 1877 que um grupo de pessoas empreendedoras, altruístas e, sobretudo, preocupadas em acautelar a prestação de auxílio aos mais carenciados, em boa hora puseram mãos à obra no sentido de dar corpo à Instituição que hoje presta um inestimável serviço no âmbito da área social e da saúde e à qual a pertença constitui, para todos nós, um privilégio que não nos cansamos de relevar.

Mesa Administrativa

A Misericórdia de Cabeceiras de Basto, do mesmo modo que as restantes misericórdias, não é uma instituição abstrata e, muito embora se trate de uma organização na qual os colaboradores desempenham um papel determinante na concretização das respostas disponibilizadas, os Irmãos são o seu corpo no qual os órgãos sociais providenciam, e determinam, em cada momento, as necessárias orientações e o rumo a seguir, tendo em vista o seu regular funcionamento e o cumprimento da sua missão. Contudo, para além de uma correta definição de objetivos e prioridades, é fundamental que hoje, tal como sucedeu ao longo dos 140 anos passados, continue a haver, em abundância, vontade, disponibilidade e doação ao próximo, porque, tal como aquando da sua génese, o fim último das misericórdias continua a ser o de prestar auxílio aos mais carenciados.

A Misericórdia de Cabeceiras de Basto, ao longo de todos estes anos, soube e sabe assumir um papel social fundamental ao serviço dos cabeceirenses. Optando sempre por um percurso prudente foi capaz de alargar o seu âmbito de atuação, diversificando as respostas e ampliando o número de utentes. Foi também capaz de fomentar e aprofundar um proveitoso intercâmbio intergeracional ao nível dos seus colaboradores, voluntários e Irmãos, colocando uma tónica particular nos jovens, abrindo-se a novas dinâmicas e propiciando visões diversas na vivência da instituição e no dia-a-dia dos seus utentes. Herdeira de um passado de que muito se orgulha, a Misericórdia de Cabeceiras apresenta-se como uma organização moderna com uma perspetiva aberta no presente e para o futuro.

Esta edição especial, tal como as comemorações que entretanto decorreram e de que aqui também se dá conta, para além de pretender assinalar e perpetuar no tempo o 140.º aniversário da Santa Casa da Misericórdia de S. Miguel de Refojos, serve também o propósito de nos darmos a conhecer "por dentro" e, em primeira instância, queremos ainda que seja interpretada como um tributo singelo a todos aqueles que de várias formas, em momentos diversos e com múltiplos graus de protagonismo, muitas vezes anonimamente, contribuíram e contribuem para que diariamente a Instituição dê cumprimento às Obras de Misericórdia.

Provedora

Dr.ª Natália Correia

Mensagem do Presidente da Assembleia Geral

"A Santa Casa da Misericórdia de Cabeceiras de Basto, fundada no ano de 1877, comemora este ano 140 anos de atividade (1877-2017)."

Desde há doze anos que, orgulhosamente, integro os corpos sociais desta Instituição secular e apesar de numa primeira análise poder parecer muito tempo, apraz-me dizer que se passou num ápice. Ora, se outras evidências faltassem acerca do retorno emocional gerado pela disponibilização pessoal a esta causa, a imensa satisfação pessoal, assim como as experiências vividas e partilhadas ao longo de todo este tempo são gratificação mais do que suficiente para não me arrepender, um segundo que seja, de ter aceitado pertencer a esta grande e nobre família. É, pois, um prazer imenso poder contribuir para o desenvolvimento e implementação de respostas preferencialmente direcionadas aos grupos sociais mais carenciados e vulneráveis. Com um espectro de atuação que tem vindo a alargar-se e a diversificar-se nos últimos tempos a Misericórdia de Cabeceiras de Basto é hoje uma referência de qualidade e excelência nos serviços que presta, sendo que tais resultados espelham o elevado profissionalismo dos seus colaboradores assim como o esmero, o rigor e a entrega daqueles que, sempre de muito perto e diariamente, gerem os destinos desta grande Casa.

Dito isto, não poderia deixar de reiterar que é para mim um orgulho imenso, e motivo de enorme satisfação pessoal, ser parte desta magnífica organização.

Termino dando os parabéns à Santa Casa pelos seus 140 anos de existência plena de grandes feitos, deixando ainda uma palavra de particular apreço à Mesa Administrativa pelo incessante empenho, dedicação e dinamismo contagiante que, sempre em prol do bem maior que são os utentes da Instituição, tem sido capaz de transmitir a todos.

Presidente Assembleia Geral

Dr. Albino Natividade

Mensagem do Presidente do Conselho Fiscal

"Celebrar os 140 anos da criação da Santa Casa da Misericórdia de S. Miguel de Refojos é, só por si, um facto notável."

Mas é ainda mais notável quando, passado este tempo, continua a olhar para o futuro com muitas e boas ideias para reforçar o papel essencial que esta nobre instituição desempenha no apoio social a quem precisa, em particular, aos mais desfavorecidos e aos mais necessitados, conforme consta do seu Compromisso.

Tenho o privilegio de presidir ao Conselho Fiscal desde o início do ano corrente. Em conjunto com os meus colegas de conselho, vimos acompanhando de perto a atividade da instituição e somos testemunhas do muito que se tem feito, mas também do muito que há para fazer e das ideias que se vão levantando e concretizando, fazendo da Santa Casa da Misericórdia de S. Miguel de Refojos uma instituição incontornável no nosso concelho e na nossa região.

Sendo verdade que as condições económico-sociais têm vindo a observar melhorias há anos a esta parte, aparecem, contudo, novos desafios de âmbito social motivados pela nova economia e pelas sucessivas revoluções tecnológicas em que o papel das instituições particulares de solidariedade social, em que se inserem as Misericórdias, é cada vez mais relevante, diria mesmo essencial.

As misericórdias nasceram com um objetivo inicial de dar resposta a problemas de cariz humanitário que se sentiam na época, mas não se deixaram acantonar ao estrito cumprimento desse desiderato, antes se adaptaram á contínua evolução da sociedade e aos novos fenómenos de vulnerabilidade e exclusão social.

Sendo uma instituição privada a força da Santa Casa da Misericórdia de S. Miguel de Refojos residiu e reside na forma como se organiza e como gere a sua atividade. E na proximidade que estabelece com as pessoas.

É absolutamente necessário que a gestão assente em critérios de rigor e de transparecia, fatores essenciais que permitem assegurar a sustentabilidade futura duma instituição que tem à sua responsabilidade o dia a dia de inúmeras pessoas a quem tem o dever de proporcionar de forma permanente as melhores condições de bem-estar e de conforto.

E é esse o trabalho que a Mesa Administrativa em conjunto com todos os colaboradores da instituição, têm demonstrado.

Deixo, por isso, uma mensagem de enorme confiança no futuro desta instituição que tantos e tão relevantes serviços tem prestado e se encontra preparada e motivada para continuar a prestar.

Presidente do Conselho Fiscal

Eng. Francisco Campilho

Dr.ª Natália Correia, Provedora da Santa Casa da Misericórdia

Entrevista à Provedora da Santa Casa da Misericórdia de S. Miguel de Refojos

Maria Natália Carvalho Correia nasceu na freguesia de Riodouro, concelho de Cabeceiras de Basto.

É Licenciada em Filosofia pela Universidade de Coimbra e Mestre em Filosofia da Educação pela Universidade do Minho onde obteve também uma Pós-Graduação em Liderança e Gestão Escolar.

Iniciou a sua atividade profissional como docente no Externato S. Miguel de Refojos, instituição onde lecionou durante vários anos. Exerceu ainda, enquanto docente, durante um ano na Escola Secundária de Vila Verde após o que, desde o ano letivo 1995/1996, até aos dias de hoje tem vindo a exercer funções na Escola Secundária de Fafe.

Desde junho de 2009 é Diretora, primeiro da Escola Secundária de Fafe e a partir de julho de 2012 do Agrupamento de Escolas de Fafe.

Em 2003 foi admitida como Irmã da Santa Casa da Misericórdia de S. Miguel de Refojos, em 2004 integrou os corpos sociais na qualidade de suplente na Mesa Administrativa e em 2007 foi eleita Provedora da Instituição, cargo e função que mantém desde então.

Ao longo de todos estes anos, do seu trajeto pessoal sobressaem, como marcas indeléveis e indissociáveis da sua forma de ser e de estar na vida, o trabalho, o empenho e a insuperável dedicação às tarefas, aos projetos e às causas que abraçou. Participou e colaborou ativamente, sempre de forma voluntária, em associações e coletividades locais, entre as quais merece particular destaque o Centro Social de Cabeceiras de Basto onde, desde há vários anos, vem desempenhando o cargo de Vice-Presidente da Direção.

Residente em Cabeceiras de Basto, foi-lhe possível acompanhar a evolução da SCMR. Que retrospetiva histórica pode fazer?

A Santa Casa da Misericórdia de S. Miguel de Refojos, fundada em 1877, surgiu da necessidade de prestar cuidados médicos e de saúde aos mais pobres, uma vez que estes serviços eram, à época, inexistentes no concelho.

O auxílio e a beneficência aos grupos mais pobres e carenciadas assumiram-se, desde a primeira hora, como pedras basilares desta Misericórdia, sempre caracterizada pelo espirito marcadamente cristão.

A preocupação com o tratamento, recuperação e acompanhamento dos enfermos atingiu um novo patamar de efetiva e permanente prestação de serviços, em 1896, com a edificação e abertura de um hospital, o primeiro hospital do concelho. No início da segunda metade do século XX esse primeiro hospital foi substituído por uma nova e moderna unidade de saúde, o Hospital Professor Júlio Henriques. Aí funcionaram, durante mais de quatro décadas, diversos serviços de saúde, tais como o serviço de urgência (SAP), o internamento e consultas externas, que vieram a encerrar no dia 24 de fevereiro de 2006.

Nos anos 70 a instituição alargou o seu âmbito de atuação a novas respostas, desta feita na área social, tendo, nessa altura, entrado em funcionamento o "Asilo de Mendicidade" em edifício onde já vinha sendo regularmente servida a "sopa dos pobres".

Mais tarde, em 1989, foi inaugurado um novo e moderno edifício, O Lar Dr. Manuel Fraga, inteiramente destinado a funcionar como estrutura residencial para idosos.

Já na década de 90 do século passado, na sequência da constatação de nova necessidade das populações mais afastadas do centro do concelho, nomeadamente das aldeias de Gondiães e Samão, foi disponibilizado o Serviço de Apoio Domiciliário a essas populações.

Já mais recentemente, fruto de um longo e difícil processo, em fevereiro de 2015 a SCMR, por via do protocolo assinado com a ARS Norte e o Instituto da Segurança Social, abriu a Unidade de Cuidados Continuados Integrados de Longa Duração Dr. Francisco Meireles. Esta nova resposta da Instituição assente fisicamente no antigo edifício do Hospital Professor Júlio Henriques, modelarmente requalificado para o efeito, permitiu o regresso da Misericórdia à área da saúde.

Assim, retrospetivamente, considero não haver margem para dúvidas acerca do papel determinante que a SCMR, desde a sua fundação, tem vindo a desempenhar no apoio aos mais carenciados, aos enfermos e às franjas populacionais mais vulneráveis do concelho de Cabeceiras de Basto.

Numa região com uma população envelhecida, marcada pela pobreza e fragilidades sociais, que importância atribui ao papel da Misericórdia no combate a estes problemas?

Como no passado, também hoje a Misericórdia está atenta aos grupos mais frágeis, mais pobres e mais carenciados. Resulta, pois, daí a criação e disponibilização de novas respostas sociais/valências que, tal como antes, também agora continuem a dar resposta efetiva às necessidades das populações.

Continuamos, por isso, vigilantes e proativos no sentido de, sendo possível, nos anteciparmos às necessidades das pessoas e de garantir que estamos prontos a atuar quando nos procuram ou nos sinalizam situações que carecem da nossa intervenção.

Em 2003 passou a integrar a Irmandade da Santa Casa de S. Miguel de Refojos. O que recorda da sua atividade na Misericórdia durante esse período?

Foi com muita satisfação que integrei a Irmandade da Santa Casa e com ela comecei a colaborar ativamente. Num primeiro momento a minha maior responsabilidade era contribuir para o aumento de formação dos colaboradores, dotá-los das competências pessoais e profissionais promotoras de uma maior qualidade dos serviços que tinham de prestar. Lembro-me como foi gratificante sentir que as expetativas foram concretizadas.

Num segundo momento adquiri muita formação, muitos saberes e conhecimentos, uma excelente aprendizagem, como consequência do meu estar, da minha presença, do meu acompanhamento, atenção e dedicação aos idosos.

Foi um privilégio poder ouvir, estar, partilhar, contar com a ajuda permanente do Senhor Provedor, Dr. Francisco Fraga.

Foi um privilégio poder aprender com a D.ª Aninhas a fazer admissões de utentes, a gerir as compras, a divertir os utentes... a partilhar todas as preocupações.

Foi um privilégio poder aprender com a Enf.ª Elsinha Machado a fazer os horários das colaboradoras bem como a gestão do período de férias.

Efetuada a aprendizagem não foi difícil, posteriormente, cuidar, ajudar, dinamizar, organizar, orientar e comprometer-me a levar a bom porto a Santa Casa da Misericórdia de Refojos.

Foi eleita, a primeira vez, como Provedora em 2007, cargo que mantém até aos dias de hoje. O que a fez aceitar o desafio naquela época? O que a move nos dias de hoje?

O que me motivou a assumir o cargo de Provedora da SCMR foi o gosto, a vontade e disponibilidade que me caraterizam para dar o melhor de mim, o contributo necessário a projetos em que acredito e o enorme prazer que sinto ao abraçar causas sociais.

Quis, e continuo a querer, colocar ao serviço desta Instituição os meus saberes, competências, experiências e valores, garantindo a sustentabilidade e a eficiência das respostas sociais já existentes, bem como das que, entretanto, vierem a ser disponibilizadas.

Apesar de algumas pedras que, por vezes, vão surgindo no meu caminho, continuo com o mesmo empenho, dedicação e determinação.

É uma enorme responsabilidade, mas também um privilégio, um prazer, um gosto imenso assumir a missão de servir a SCMR, no respeito pelo cumprimento das Obras de Misericórdia.

A Santa Casa da Misericórdia tem vindo nos últimos anos a alargar e a diversificar sua ação. Quais são s respostas sociais/valências que disponibiliza atualmente à população?

Em 2007 a SCMR foi, uma vez mais, pioneira desta feita na criação de uma Universidade Sénior a que entendemos chamar Academia de Cultura. Na sequência da requalificação do antigo hospital, em fevereiro de 2015, com a entrada em funcionamento da Unidade de Cuidados Continuados Integrados de Longa Duração Dr. Francisco Meireles a ação da Misericórdia estendeu-se novamente à área da saúde prestando agora um serviço cujo alcance vai muito para além das fronteiras do nosso concelho.

Ainda na senda das novas respostas a disponibilizar à população a instituição dispõe, desde 2016, de uma nova e moderna cozinha industrial, com capacidade para confecionar 800 refeições diárias, e de uma lavandaria modelarmente apetrechada, duas novas estruturas de apoio que visam servir as várias valências desta instituição. Estes mesmos serviços, estão já disponíveis para outras Instituições do

concelho.

A capacidade do Lar Dr. Manuel Fraga, após requalificação ainda em fase de conclusão, foi alargada para oferecer o serviço de estrutura residencial para 80 idosos.

O serviço de Apoio Domiciliário continua a ser prestado a trinta utentes, mas possuímos condições para, com elevada eficiência, aumentarmos o número de pessoas atualmente servidas.

Que outras mais valias para o concelho considera serem também resultado da atividade da Misericórdia?

A Santa Casa da Misericórdia é, atualmente, o segundo maior empregador do concelho de Cabeceiras de Basto, logo a seguir à Câmara Municipal e, por isso, a sua atividade assume uma importância fundamental também ao nível socioeconómico e de empregabilidade. Abrangendo um diversificado leque de profissões, mais ou menos especializadas, a Instituição tem presentemente ao seu serviço 73 colaboradores. Uma parte significativa destes colaboradores foram recrutados na sequência da abertura da Unidade de Cuidados Continuados e aquando da entrada em funcionamento dos Edifícios de Apoio. Nesse âmbito, desde a primeira hora, a Mesa Administrativa entendeu dar prioridade a jovens desempregados ou à procura do primeiro emprego, residentes no concelho de Cabeceiras de Basto. Daí resultaram vários primeiros contratos de trabalho para outros tantos enfermeiros e técnicos da área da saúde, assim como para auxiliares de serviços gerais, administrativos e profissionais da área da contabilidade. Obviamente sentimo-nos imensamente satisfeitos por, também a este nível, sermos parte ativa e empreendedora no esforço conjunto de criação de melhores condições de vida para os nossos jovens em início de vida profissional contribuindo de forma substantiva para alavancar as respetivas carreiras, contando sempre com o retorno de enorme qualidade que sempre temos obtido em resultado do inconformismo, dedicação, carinho e imenso profissionalismo que, felizmente, todos eles têm sido capazes de emprestar a esta causa maior que é a Misericórdia.

Sem deixar de reafirmar constantemente os princípios e valores ao serviço dos mais desfavorecidos do concelho, ao longo dos últimos anos, a Misericórdia tem vindo a alargar o seu âmbito de atuação. No futuro próximo o que pode a população de Cabeceiras de Basto esperar da Instituição?

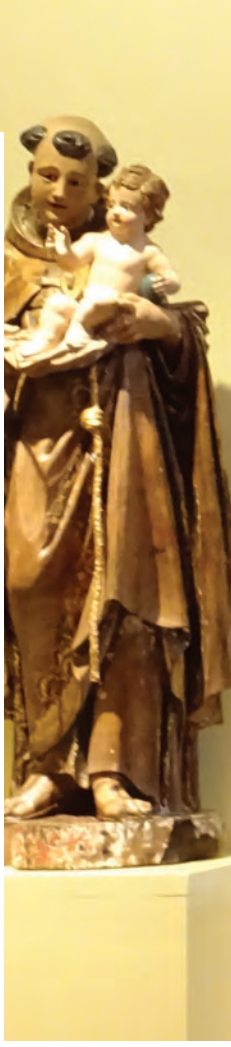
No futuro continuaremos atentos às necessidades da população e seremos sempre sensíveis às solicitações que nos forem dirigidas no sentido da eventual criação de novas respostas sociais.

As instituições sobrevivem e avançam quando têm dentro delas os meios que lhes permitem resistir e encontrar os novos caminhos. Por isso, de olhos postos no futuro, assumimos como sendo da maior importância a consolidação e alargamento dos nossos atuais projetos, procurando sempre dar novos passos de crescimento, tendo em vista responder a novas necessidades sem nunca perder de vista a sustentabilidade financeira da Instituição.

A Santa Casa da Misericórdia de S. Miguel de Refojos estará sempre PRESENTE e manter-se-á, na linha da frente no combate à pobreza, à exclusão social e às desigualdades, pautando a sua ação pelo cumprimento das catorze obras de Misericórdia e pela sua dádiva em servir o próximo.

Naturalmente para cumprirmos esta missão contamos com uma equipa, que têm rostos, os colaboradores que diariamente são o garante dos excelentes serviços que são prestados aos nossos utentes e os elementos que ao longo destes últimos anos se disponibilizaram voluntariamente para fazerem parte dos corpos sociais. Alguns deles têm vindo a exercer tarefas e funções essenciais ao funcionamento da Instituição.

A este propósito merece uma referência particular a D.ª Aninhas, atual secretária da Mesa Administrativa, que há já muito tempo tem vindo a oferecer os seus serviços à Instituição, em permanente disponibilidade, presença, apoio, colaboração, dedicação e ajuda. Também ao Dr. José Teixeira, Vice-Provedor, quero aqui deixar o meu reconhecimento pelo trabalho e dedicação, pelas inúmeras horas e dias, que de forma voluntária, ocupa com assuntos da Misericórdia, pela presença, compreensão, partilha e disponibilização do seu imenso saber e pela forma empenhada como resolve e/ou ajuda a resolver os problemas que diariamente vão surgindo.



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE S.MIGUEL DE REFOJOS DE CABECEIRAS DE BASTO

Algumas reflexões sobre a sua História

Sopa do Pobres

A Santa Casa da Misericórdia de S. Miguel de Refojos de Cabeceiras de Basto – abreviadamente Misericórdia de Cabeceiras de Basto – é uma das muitas centenas existentes em Portugal, continental e insular.

A criação destas instituições teve o seu início em finais do séc. XV – a Misericórdia de Lisboa data de 1498 – mas o seu grande desenvolvimento ocorreu no século seguinte. As razões para o seu surgimento prendem-se com as circunstâncias e as necessidades próprias da época: a organização da prestação de cuidados de saúde e assistenciais; as novas formas de espiritualidade e devoção que chamavam os leigos a viver a sua fé em associação tendo em vista a prática das obras de misericórdia; o reforço do poder real em detrimento de outros poderes – designadamente das ordens religiosas – que até então tinham uma grande preponderância nesses setores.

A Misericórdia de Cabeceiras de Basto apenas foi criada cerca de quatro séculos após. Qual a razão para tão grande dilação temporal? A resposta cabal a esta questão implicaria um estudo histórico aprofundado que não cabe no âmbito deste texto. Mas podem referir-se alguns factos que podem apontar para abrir caminho para ela.

Desde logo a comparação entre as datas de constituição das Misericórdias dos concelhos limítrofes: Montalegre (Sec. XVII/XVIII), Fafe (1862), Celorico de Basto (1867), Cabeceiras de Basto (1877), Cerva (1918), Vieira do Minho (1925), Ribeira de Pena (1929), Mondim de Basto (1935), Boticas (2004).

Verifica-se, assim, que quase todas as Misericórdias desta região foram criadas na segun-

da metade do sec XIX ou na primeira metade do sec XX. Como exceções, o caso de Montalegre – cuja criação poderá remontar aos seculos XVII ou XVIII mas não há provas documentais desse facto, sabendo-se apenas que exerceu atividade no decurso do sec. XIX; e o caso de Boticas – de criação muito recente.

Recorde-se que, na primeira metade do sec XIX, ocorreu um facto muito relevante – positivo ou negativo, ainda hoje se discute: em 1834 foram abolidas as ordens religiosas e encerrados os mosteiros e conventos masculinos, com a subsequente apropriação dos seus bens pela coroa e venda a particulares.

Acontece que esses mosteiros prestavam, também eles, serviços de saúde e de assistência social às populações circunvizinhas – que, de um momento para o outro, ficaram sem qualquer proteção nessas áreas.

Por outro lado, o liberalismo reinante nesse século constituiu uma poderosíssima ameaça para a Igreja Católica: em especial, para o clero (que se viu extorquido de uma parte muito substancial dos seus bens e reduzidos os seus membros à categoria de funcionários públicos menores) mas também para os fiéis.

Foram então recriados – ou melhor, revigorados – os movimentos dos leigos católicos que foram chamados a uma intervenção muito mais significativa nos assuntos ligados à Igreja.

Asilo na Ponte de Pé

De acrescentar, ainda, que em oposição doutrinal ao liberalismo reinante, foi sendo elaborada a chamada doutrina social da Igreja, com um momento crucial na publicação da encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII (1891) que continha um fortíssimo apelo à caridade cristã em especial no que refere aos operários e suas famílias.

A conjugação de todos esses fatores – a que se pode adicionar um outro: o crescimento económico e a existência de diversos emigrantes para o Brasil que aí enriqueceram e que foram sensíveis aos apelos de prática de atos de caridade cristã – proporcionou as condições necessárias à criação de Misericórdias nos locais onde elas ainda não existiam. A situação da Misericórdia de Cabeceiras de Basto – e também as de Fafe, Celorico, etc – insere-se, sem esforço, nessa realidade.

Mas isto não explica a razão para o atraso na sua criação face a outras Misericórdias: quatro ou mesmo três séculos é muito tempo.

Segundo creio, a explicação poderá procurar-se no atraso da urbanização desta região

face a outras – para além da relativa satisfação das carências nos setores da doença e da pobreza proporcionada pelos mosteiros, como era o caso do de Refojos.

O termo urbanização é aplicado com o sentido da criação ou ampliação de centros urbanos (cidades ou vilas) para onde se deslocam as populações rurais, à procura de melhores condições de trabalho e de vida.

A grande maioria – se não mesmo a quase totalidade das Misericórdias – foram instituídas em centros urbanos: vilas ou cidades. Era nesses aglomerados populacionais que se justificava a criação de hospitais e de centros de acolhimento de deficientes ou de indigentes.

No caso de Cabeceiras de Basto, a Vila só terá algum crescimento a partir de meados do sec. XIX: até então e ao que se crê, ela estaria circunscrita a pequenos núcleos populacionais, de que são exemplos a Ponte de Pé, o Souto Longal e a Raposeira.

ANO 33.º — CABECEIRAS DE BASTO, DOMINGO, 8 DE JUNHO DE 1952 — Nº 1673

O JORNAL DE CABECEIRAS

SEMANARIO REGIONALISTA

DIRECTOR E PROPRIETARIO — JOSÉ SALRETA

PRESIDENTE DA REPUBLICA

A sua visita ao Norte

Cruzada pró Novo Hospital

O Cortejo de Oferendas

Cabeceiras de Basto, marcou bem!

Notícia d'O Jornal de Cabeceiras

O essencial do crescimento posterior da Vila foi-se fazendo à custa dos terrenos que antes integravam a quinta do Mosteiro – e que os monges beneditinos mantiveram incólumes até 1834.

A Praça da República – anteriormente denominada Barjona de Freitas, em homenagem ao Ministro da Justiça que criou a comarca de Cabeceiras de Basto – é originária do último quartel do sec XIX, precisamente da altura em que foi instituída a Misericórdia.

E foi bem perto dela que foi construído, nos finais desse século, o antigo e primeiro Hospital do concelho em terrenos outrora do Mosteiro de Refojos mas então pertencentes ao Barão de Basto e a um seu irmão que os doaram à recém criada Misericórdia.

De salientar que, pelo menos no que se refere à Misericórdias de Fafe, Celorico, Mondim e Vieira do Minho, a sua primeira e mais importante obra foi também a construção de hospitais – sinal certo de que a urbanização e o crescimento económico tornou indispensável a criação de serviços de saúde alargados a camadas de população até então completamente desprotegidas.

Alguns nomes a registar dessa época fundadora:

- Dr. Jerónimo Augusto Pacheco Pereira Leite – o grande impulsionador da criação da Misericórdia e primeiro Provedor;

- Dr. Severino José Miranda de Magalhães, Juiz de Direito da recém criada comarca de Cabeceiras de Basto e primeiro presidente executivo da comissão criadora da Misericórdia;

- Manuel Joaquim Alves Machado, comendador e segundo presidente executivo da comissão criadora da Misericórdia;

- Dr Alexandre Augusto Fernandes Basto

e seu irmão Bernardino José Fernandes Basto, da casa do Barão, doadores dos terrenos para a construção do antigo Hospital.

O Hospital, após a sua construção, entrou em funcionamento e aí passaram a ser prestados serviços de saúde à população – sendo a única instituição do género a funcionar no concelho.

Com o advento da 1ª República, com o seu anticlericalismo radical e aversão à Igreja Católica, a Misericórdia não poderia deixar de se ressentir: de 1911 a 1914 ela foi dirigida por uma comissão administrativa nomeada pelo Governo Civil de Braga; em 1917, pela primeira – e ao que se crê, única – vez houve duas listas concorrentes aos corpos sociais: uma encabeçada pelo seu então Provedor, José Maria Pereira, irmão do famoso Padre Domingos e outra pelo Dr Augusto Ângelo Vilela Passos, da Casa da Breia de Cima, em S. Nicolau. Este venceu as eleições mas apenas por quatro votos de diferença – sendo certo que várias pessoas foram impedidas de votar por razões formais. Houve reclamações para o Governo Civil, ações nos Tribunais. O Governador Civil acabado de ser nomeado pelo Governo de Sidónio Pais deu razão às reclamações e nomeou nova comissão administrativa presidida pelo candidato a provedor vencido – que se manteve até que, em Fevereiro de 1920, depois da queda da Monarquia do Norte, foi nomeada nova comissão, presidida pelo candidato vencedor das últimas eleições.

Em 1927 tomou posse uma nova mesa administrativa presidida pelo Dr José Leite Saldanha de Castro que exerceu esse cargo e, depois, o de Provedor até que morreu, em 1940. Assumiu então esse cargo o seu (futuro) genro, Dr Manuel Fraga de Oliveiras Bastos.

A Misericórdia – que se encontrava em muito difícil situação financeira – iniciou então um período de franca recuperação e de ampliação e melhoria dos serviços prestados cuja concretização teve o seu ponto mais importante na inauguração do novo hospital, então denominado Hospital Prof Júlio Henriques, ilustríssimo botânico português nascido no Arco de Baúlhe e cuja família – em especial a Sr.ª D. Zulmira Henriques – em muito contribuiu financeiramente para a sua construção.

O mesmo sucedeu com muitos outros cabeceirenses – e não só – que participaram generosamente com donativos, em especial no âmbito de gigantescos cortejos de oferendas de tal forma bem sucedidos que o seu resultado financeiro chegou para pagar o custo das obras de construção.

Como foi possível conseguir tanto dinheiro num concelho pobre do interior?

Através de uma imagem de seriedade e de rigor imprimida à instituição: através da coordenação de um grupo de colaboradores que se deixaram contagiar pelo entusiasmo do Dr. Manuel Fraga e o transmitiram a todos os Cabeceirenses ou seus descendentes, aqui residentes ou noutras localidades, em Portugal ou no estrangeiro.

Como, entretanto, o Estado veio a comparticipar na construção ... sobrou dinheiro com o qual foi construído o Bairro da Misericórdia.

A entrada em funcionamento do Hospital representou uma alteração radical da medicina curativa no nosso concelho já que o serviço

Hospital Prof. Júlio Henriques

1º Hospital - Fachada

nele prestado correspondia à excelente qualidade das instalações.

A partir de então, o concelho de Cabeceiras não só recuperou o atraso em relação aos outros concelhos similares como até os ultrapassou: prova disso é o facto de passarem a recorrer ao nosso hospital muitas pessoas dos concelhos vizinhos.

De salientar a organização financeira e administrativa em termos rigorosos mas modernos que permitiam, numa consulta de minutos, saber exatamente a natureza e o número de tratamentos diários, mensais e anuais, o valor das receitas e despesas – isto quando ainda nem se falava de computadores.

Para além do Hospital, a Misericórdia dedicou-se ao apoio domiciliário através da colaboração com as conferências de S. Vicente de Paula, a cargo de muitas Senhoras do concelho que visitavam e proviam às necessidades das pessoas mais carenciadas, e ao fornecimento de refeições na casa da Sopa dos Pobres.

No que respeita à terceira idade, a assistência foi prestada através do então denominado Asilo, na Ponte de Pé, que foi beneficiado com obras de vulto.

Começava-se então, a sentir o problema do envelhecimento da população – agravado pela sangria de gente nova provocada pela emigração para o estrangeiro e para os grandes centros urbanos. E, por isso, desde 1971, que se começou a pensar na construção de novas instalações.

Entretanto, os ventos da estatização – que já então sopravam fortes – tiveram um enorme incremento no pós 25 de Abril, em especial nos tempos que se seguiram ao 11 de Março de 1975. O Hospital foi "oficializado", ou seja, foi ocupado pelo Estado sem qualquer explicação ou sequer comunicação prévia.

O golpe foi demasiado profundo para o Dr. Manuel Fraga: deixou o cargo de Provedor e os projetos que então acalentava – Lar de Idosos e Jardim de Infância.

Sucedeu-lhe como Provedor o Sr. Bernardino Pereira Leite que soube dirigir a Misericórdia, sempre dentro do seu espírito tradicional, nos dificílimos anos que se sucederam. E logo que os ventos mudaram de feição impulsionou a construção do Lar ao qual, muito justamente foi dado o nome de Dr. Manuel Fraga, inaugurado em 1989 pelo então 1.º ministro Professor Aníbal Cavaco Silva, numa cerimónia que envolveu muitos membros do Governo de então, entre os quais se contava o Ministro das Obras Públicas, Eng.º João Maria Oliveira Martins, genro do Dr. Manuel Fraga.

Termino por aqui esta pequena resenha da história da Misericórdia. Mas antes não posso deixar de relembrar as muitas e muitas pessoas que, ao longo dos seus 140 anos contribuíram com o seu dinheiro, com os seus bens, com o seu trabalho e dedicação para que ela se tenha tornado e mantido como a mais antiga e relevante instituição do concelho na área do apoio aos mais carenciados. E, de entre elas, relembrar o Dr. Francisco Meireles, competente e dedicadíssimo médico que, ao longo de mais de 60 anos trabalhou – sempre gratuitamente – quer nos hospitais (antigo e novo – este sendo hoje a Unidade de Cuidados Continuados que ostenta orgulhosamente o seu nome) quer no antigo e no atual lar da terceira idade.

Dr. Francisco Fraga

Prof.ª Ana Barroso Queirós, Mesária

Viver, partilhar e acompanhar a Misericórdia

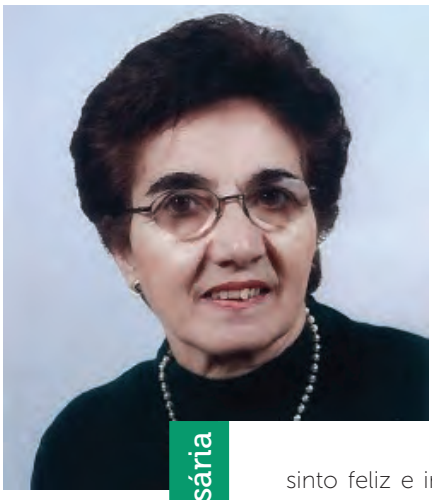
Todos os dias agradeço a sorte de ter tido uns pais que, desde criança, sempre me ensinaram a amar a Deus e ao próximo. Mais me lembraram ainda que todos somos irmãos e que devemos ajudar-nos, auxiliar-nos e respeitar-nos mutuamente, tanto no aspeto material como moral. Tendo como referência estes princípios, em muitas ocasiões ao longo da vida, dei por mim, mesmo nas ocasiões mais difíceis e causas de grandes agruras, a acudir às necessidades emergentes tendo em vista a sua resolução ou minimização.

Tempos houve, felizmente já algo distantes, em que eram muitas as pessoas carenciadas que, de porta em porta, se sujeitavam à humilhação de pedir pelo menos o pão para seus filhos. Recordo que para todos sempre houve uma esmola e uma palavra de alento.

> "Embora ainda criança, recordo que me sentia feliz quando, por orientação da minha mãe, era a mim que cabia confortar materialmente e com palavras de alento aqueles que nos batiam à porta."

Era motivo de imensa satisfação fazê-lo porquanto tinha a oportunidade de vislumbrar nos seus rostos, mesmo que de modo fugaz, a alegria que na maior parte do tempo lhes faltava. Assim fui crescendo e, sentia-me sempre feliz quando me encarregavam de o fazer, não só por ver o brilho que aparecia nos seus olhos, mas também porque, sendo eu muito curiosa, os "obrigava" a contar peripécias das suas vidas. Poucos se negavam a fazê-lo, pelo contrário mostravam-se sempre gratos, e eu, de curiosidade satisfeita e com as suas palavras gravadas no coração, embora criança, sentia-me útil e sempre muito contente.

Numa fase de maior estabilidade pessoal, já a meio da minha idade atual, foi-me proposto fazer parte da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia. Aceitei o convite de bom grado e ainda hoje continuo a ser mesária com todo o meu empenho possível, muito embora, tal como sempre foi, seja junto dos "velhinhos" que me



Prof.ª Ana Barrosa Queirós, Mesária

sinto feliz e imensamente compensada. Conheço-os a todos pelos seus nomes e, dada a minha curiosidade inata, engendro conversas longas com quase todos, a que eles, com muita alegria, sempre correspondem. Para o efeito tenho já memorizado um longo rol de perguntas: quando casaram, quantos filhos têm, se os visitam frequentemente, se tiveram dificuldades ao longo da vida, (...). Apesar da resistência inicial que alguns oferecem, todos acabam por ceder e passado pouco tempo, invariavelmente, tornamo-nos amigos e a conversa passa a ser amavelmente retribuída.

> "Noto que me dedicam muita amizade e atenção a que, na medida das minhas possibilidades, procuro sempre retribuir, e como sabe bem ouvir esse interesse das suas bocas!"

Aliás, a este propósito, recordo um momento triste da minha vida, a altura em que perdi o meu marido tendo, nesse seguimento, sido internada ficando muito abalada com toda a situação.

Sempre hei de lembrar-me de que, no dia em que regressei ao lar, uma velhinha de quase 100 anos, apoiada na sua bengala, aproximou-se de mim, abraçou-me, beijou-me com muito carinho e disse-me soluçando:

- Eu pensei que a senhora não escapava e fazia-me muita falta.... Que bom, minha senhora!

Comovida, abracei-a intensamente. As palavras que proferiu ficaram escritas a ouro no meu coração e agora, que ela já partiu, lembro-a muitas vezes e peço a Deus que ela lá no Céu também não me esqueça.

Desempenhei durante dezenas de anos a função de vice-provedora da Misericórdia e durante todo esse tempo colaborei sempre, com empenho e boa vontade, nos assuntos mais e menos agradáveis, sempre com a colaboração e orientação do amigo Sr. Dr. Fraga, provedor durante dezenas de anos. Muitos vezes fomos a Lisboa e a outros lugares onde era necessária a nossa presença para solucionar da melhor forma assuntos inadiáveis que surgiam a cada momento. Foram sempre muito proveitosas e agradáveis as suas opiniões.

Inúmeras vezes substituía o seu trabalho de advogado pelos assuntos da Misericórdia pois dizia sempre que primeiro estavam os velhinhos.

Considerando, porém, ser ocasião de deixar de estar à frente dos destinos da Misericórdia, mesmo continuando a arranjar tempo para dar o seu importante contributo em prol da Instituição, promoveu, em boa hora, a sua substituição pela Dr.ª Natália Correia que, auxiliada pelo Dr. José Joaquim Teixeira, pessoa conhecedora de todos os assuntos, continua a imitar o seu antecessor, dando grande expansão às respostas sociais que já se encontravam em funcionamento, criando novas valências e imprimindo dinâmicas modernas e inovadoras.

Nesta minha reflexão não poderia deixar de fazer referência à pessoa que, para sempre, ficará indelevelmente ligada a Misericórdia a quem dedicou grande parte da sua vida, aí trabalhando gratuitamente como médico durante mais de meio século. O seu nome ficará perpetuado como "Médico dos Pobres" pois a todos os seus conterrâneos, pobres ou mais abastados, dedicou o seu saber e a sua vida. Refiro-me ao Sr. Dr. Francisco Meireles, pessoa com uma alma e um coração do tamanho do mundo.

Prof.ª Ana Barrosa Queirós

D. Jorge Ortiga, Arcebispo Primaz de Braga

Fazer e ser misericórdia

A celebração do aniversário de uma instituição é sempre uma oportunidade para reflectir sobre os objectivos que a norteiam ou deveriam nortear. As Santas Casas da Misericórdia têm um longo historial de compromisso com as carências das pessoas e das famílias. Ter consciência deste passado, digno de todos os encómios, aumenta a responsabilidade de encarar o futuro na fidelidade ao caminho percorrido. São e serão muitos os desafios aos quais terão de dar uma resposta.

Pela sua origem e tradição, as Misericórdias estão especialmente vocacionadas para a urgência de viver as 14 obras de Misericórdia. Cada uma representa, como sabemos, um compromisso concreto na consolidação da dignidade humana. Neste itinerário, convencemo-nos de que as obras espelham a ousadia e a coragem de quem se dispõe a viver com criatividade e ambição os valores da mensagem cristã. Elas revelam-nos ainda que a fé faz-nos viver intranquilos até que a dignidade de todas as pessoas esteja garantida. Poderá um cristão viver de ânimo leve tendo conhecimento de gritantes situações de marginalidade, debilidade e injustiça? O cristão responde a título individual, é verdade, mas é associando-se em grupo que encontra as respostas mais oportunas e sólidas.

> "Pela sua origem e tradição, as Misericórdias estão especialmente vocacionadas para a urgência de viver as 14 obras de Misericórdia."

Se é importante, na vivência de uma experiência cristã, responder com acções concretas aos males da sociedade, nos tempos

> "Num tempo novo, e perante novos desafios, as pessoas, animadas por um espírito de fraternidade, não deixarão que o mundo cresça nas desigualdades."

D. Jorge Ortiga, Arcebispo Primaz de Braga

que correm é ainda fundamental aliar a lógica do "ser" ao "fazer". Isto significa suscitar uma cultura orientada para o encontro com os problemas sociais. Na verdade, a misericórdia "faz-se" mas, em simultâneo, importa "ser" misericórdia, o que exige reflexão e conversão. Somos demasiado egoístas e individualistas. Se pensarmos bem, identificaremos as nossas incoerências quotidianas e reconheceremos a importância de comportamentos diferentes. E quando somos capazes de pensar juntos para ser e fazer misericórdia, inicia-se uma espécie de revolução que contraria o modo corrente de interpretar a vida: o alheamento da realidade que nos circunda.

Celebrar mais um aniversário deve, por tudo isto, fazer com que a Santa Casa da Misericórdia de S. Miguel de Refojos prossiga com as iniciativas em que se envolveu mas que se abra também a outras responsabilidades. Importa que se empenhe neste trabalho de reflectir e de ajudar na mudança de mentalidades: transitar de hábitos egoístas para "ser" misericórdia no meio da sociedade. Tendo um pensamento misericordioso, as pessoas e as instituições saberão comprometer-se com as causas sociais. Daqui surgirá uma sociedade mais humana e justa, na qual o escândalo da exclusão e da marginalização social será progressivamente mitigado.

Num tempo novo, e perante novos desafios, as pessoas, animadas por um espírito de fraternidade, não deixarão que o mundo cresça nas desigualdades. Continuaremos empenhados nas obras tradicionais da instituição, mas criaremos, em nós e nos outros, uma mentalidade mais solidária e fraterna. Hoje, "ser" misericórdia é certeza de vitalidade e perenidade das Santas Casas.

D. Jorge Ortiga

Misericórdias são baluarte da solidariedade em Portugal

Dr. Manuel de Lemos, Presidente da UMP

Cuidar de milhares de pessoas por dia é o desafio que nos anima todos os dias e nas Misericórdias sabemos que esta solidariedade praticada diariamente nos obriga a olhar com coragem para um quotidiano de desafios e obstáculos.

Todos acreditamos numa sociedade mais humana, mas acreditar apenas não é suficiente. Importa ter a coragem de promover o debate e, em conjunto, encontrar respostas para os desafios com que somos confrontados.

Esta coragem, acrescida de constante e franco diálogo com outros agentes da nossa sociedade, tem sido a marca das Misericórdias que, todos os dias, olham para o outro, para as suas mais urgentes necessidades, procurando encontrar as soluções mais adequadas para os problemas de cada um e de cada tempo.

É verdade que hoje em dia as instituições que se ocupam de cuidar das pessoas são cada vez mais confrontadas quotidianamente com aspetos como a necessária qualificação de recursos, a profissionalização progressiva da gestão, a prestação de contas, as ferramentas para medição do impacto, tudo na perspectiva da sustentabilidade.

Estas preocupações visam assegurar que continuaremos a fazer aquilo que é a nossa missão, a nossa identidade: cuidar do outro.

Quando concebidas, as 14 obras de misericórdia visavam dar resposta a problemas de outro tempo e não às carências do século XXI. Dar de comer a quem tem fome ou consolar os aflitos, por exemplo, ganham na atualidade dimensões diferentes que exigem atuações adequadas.

> "Mudam os tempos, mas não muda a essência da nossa missão: olharmos para o outro como um verdadeiro irmão e com ele sofrermos, com ele procurarmos saída e resposta para as suas urgências."

Não importa se são urgências de ordem material ou espiritual. Ambas estão contempladas nas obras de misericórdia. Quando a primeira Misericórdia foi criada em Portugal, a de Lisboa em 1498, a noção de hospital, por

Dr. Manuel de Lemos, Presidente da UMP

exemplo, misturava-se com a de abrigo ou de asilo. Peregrinos, doentes ou pobres encontravam ajuda em casas cujas portas estavam sempre abertas. Naquele "hospital" era possível encontrar consolo para agruras do corpo e da alma.

Os tempos mudaram. Aquele "hospital" ganhou novos contornos, mais adaptados aos paradigmas do nosso tempo, mas a sua essência manteve-se.

> "O ideário que inspirava a ação das Misericórdias em 1498 é o mesmo em 2017. Ou seja, ajudar todos aqueles que, por motivos diversos, estão a sofrer."

Miseris cor dares em latim. "Dar o coração aos miseráveis" em português. Ideias expressas na palavra misericórdia e que todos os dias, há séculos, procuramos respeitar e dignificar e é com alegria que assumimos este compromisso com a sociedade.

Há mais de 500 anos que estamos ao lado das soluções e esta postura de otimismo faz com que sejamos hoje empregadores relevantes e um dos atores sociais mais determinantes para o bem-estar quotidiano de quase 165 mil pessoas que diariamente apoiamos em todo o país.

Por isso, importa muscular as instituições para que este apoio às comunidades continue a ser prestado com o rigor, a qualidade e, sobretudo, o humanismo que é a nossa marca distintiva. Somos instituições de afeto mas precisamos de saúde financeira para cumprir a nossa missão.

A ação das instituições tem vindo a adaptar-se aos tempos porque temos sabido refletir e agir de forma acertada e concertada sobre a nossa atividade e sustentabilidade. Esta capacidade é uma das pedras basilares da notoriedade que há séculos temos vindo a construir e que todos os dias importa reforçar para continuarmos a ser agentes determinantes na sociedade portuguesa e continuarmos a ser o baluarte da solidariedade em Portugal.Celebrar mais um aniversário deve, por tudo isto, fazer com que a Santa Casa da Misericórdia de S. Miguel de Refojos prossiga com as iniciativas em que se envolveu mas que se abra também a outras responsabilidades. Importa que se empenhe neste trabalho de reflectir e de ajudar na mudança de mentalidades: transitar de hábitos egoístas para "ser" misericórdia no meio da sociedade. Tendo um pensamento misericordioso, as pessoas e as instituições saberão comprometer-se com as causas sociais. Daqui surgirá uma sociedade mais humana e justa, na qual o escândalo da exclusão e da marginalização social será progressivamente mitigado.

Num tempo novo, e perante novos desafios, as pessoas, animadas por um espírito de fraternidade, não deixarão que o mundo cresça nas desigualdades. Continuaremos empenhados nas obras tradicionais da instituição, mas criaremos, em nós e nos outros, uma mentalidade mais solidária e fraterna. Hoje, "ser" misericórdia é certeza de vitalidade e perenidade das Santas Casas.

Presidente da UMP

Dr. Manuel de Lemos

O dever da caridade: as Misericórdias portuguesas da Idade Moderna

Doutora Marta Lobo de Araújo, Docente da UMinho*

Postulado cristão, a caridade foi desde sempre estendida como um instrumento de salvação. Por esta razão, transformou-se um dever para todos os cristãos e não apenas para os ricos. Estes estavam melhor colocados para a praticarem, mas os exemplos bíblicos aconselham também os remediados a exercitá-la.

A preocupação de alcançar o Paraíso tornou os homens modernos pios, levando-os a reservarem uma parte ou toda a sua fortuna para através de esmolas aos pobres, de dotes a órfãs, da cura aos enfermos, da libertação de presos e cativos e do enterro dos pobres e do auxílio aos peregrinos gozarem do descanso eterno.

Também a literatura da época, que aborda a questão da pobreza e da caridade, exalta a virtude da caridade e torna-a recomendável a todos, já que era entendida como um dever.

O nosso estudo procura analisar a forma como as Misericórdias portuguesas da Idade Moderna, operacionalizaram a caridade, destacando não apenas as políticas seguidas mas também os grupos beneficiados. Daremos particular realce às esmolas distribuídas em momentos certos do ano, associados ao calendário litúrgico ou não e a repartição de roupa. Esmola mais solta, à semelhança de outras, a distribuição de roupa podia ter calendário fixo ou ocorrer ao longo do ano.

O desenvolvimento dos estudos sobre estas confrarias possibilita hoje um melhor conhecimento da sua ação, não apenas pela sua abundância, mas também pelo leque de temas tratados e pela representatividade geográfica alcançada[1].

A Misericórdia de Lisboa (criada em 1498), tinha por objetivo a prática das 14 obras de misericórdia: sete espirituais e sete corporais abriu caminho à rápida disseminação destas confrarias. Este movimento rapidamente se espalhou por toda a Metrópole e Império, demonstrando a forma como foi bem acolhido[2].

Rapidamente as Misericórdias demarcaram o seu campo de ação no auxílio aos presos, aos pobres, aos órfãos (através da administração de instituições de assistência ou da distribuição de dotes de casamento), aos doentes (possuindo e administrando hospitais), às viúvas, aos peregrinos, aos cativos e assistindo os mortos, promovendo o funeral aos pobres, preparando espiritualmente os condenados à morte e integrando e organizando manifestações religiosas[3], de que se destacam

1 *Docente do Departamento de História da Universidade do Minho. Membro do Lab2PT. Leia-se entre outros os trabalhos de Laurinda Abreu, Isabel Sá, Maria Antónia Lopes, Maria de Fátima Reis, António Magalhães, Alexandra Esteves e Marta Lobo.

2 Sobre este assunto leia-se Correia, Fernando da Silva, *Estudos sobre a História da Assistência. Origens e Formação das Misericórdias Portuguesas,* Lisboa, Henrique Torres-Editor, 1944, p. 582; Sá, Isabel dos Guimarães, "A reorganização da caridade em Portugal em contexto europeu (1498-1600)", in Cadernos do Noroeste, vol. 11 (2), 1998, p. 34.

3 Veja-se a propósito Sousa, Ivo Carneiro de, "Da Esmola Medieval às Misericórdias da Rainha D. Leonor", in *500 Anos das Misericórdias Portuguesas. Solidariedade de Geração em Geração*, Lisboa, Comissão para as Comemorações dos 500 Anos das Misericórdias, 2000, p. 28.

as procissões das Endoenças e a realizada no dia de Todos-os-Santos.

Embora autónomas, as Misericórdias atuavam de forma muito semelhante, facto que decorria de terem como casa-mãe a Misericórdia de Lisboa e de usarem o seu compromisso, mas também dos privilégios que a Coroa enviava, sempre que solicitados. Apesar de algumas destas confrarias terem reformado o compromisso da Misericórdia de Lisboa, adaptando-o às suas necessidades e à sua realidade local, não significou que o alterassem na sua essência. Mantiveram o mesmo espírito e apenas modificaram algumas partes consideradas desajustadas à sua instituição ou introduziram alguns aspetos tidos como mais importantes para o funcionamento da confraria.

Constituídas por leigos e por eles governadas, estas confrarias assumiram desde a sua fundação uma profunda espiritualidade[4], que as tornava promotoras de manifestações religiosas associadas a momentos intensos de caridade, ou simplesmente participadoras nessas manifestações coletivas de religiosidade[5].

A distribuição de esmolas ou a assistência material não eram apanágio das Misericórdias, nem mesmo de outras confrarias, mais centradas no auxílio aos seus próprios irmãos, embora devamos reconhecer que existiam confrarias que esmolavam pobres que não integravam as suas fileiras. Praticar a caridade era um preceito cristão que todos deviam exercitar e não apenas os ricos (Marcos 12, 13)[6]. Também os particulares repartiam esmolas aos que lhes batiam à porta, normalmente em dias certos da semana. Existiam outros, que ritualizando a caridade distribuíam esmolas em algumas festas religiosas, como se verifica nas grandes casas senhoriais ou nos Paços Arquiepiscopais. Estas entregas massivas de esmolas não impediam outros atendimentos quotidianos ou semanais que complementavam as esmolas calendarizadas. Não se pense no entanto que se tratavam de esmolas indiscriminadas. Os pobres eram cuidadosamente selecionados e só eram esmolados apenas os considerados merecedores. As Misericórdias não garantiam automaticamente o direito à esmola. Eram permeáveis a redes de influência e atuavam com redes clientelares.

Os calendários de distribuição estavam dependentes não apenas da vontade dos instituidores que determinavam nos seus testamentos os tempos de entrega, mas também da prática das instituições que os associavam a momentos de grande significado e importância do calendário litúrgico, fazendo incidir as esmolas no Natal, na Páscoa, no dia dos Fiéis-Defuntos ou ainda em outros momentos de celebração de festas religiosas[7].

A preocupação da salvação da alma estava presente em todos os doadores, cumprindo portanto objetivos espirituais (Mateus 25, 26)[8] e temporais. A caridade conferia poder e prestígio, porque criava dependências e eternas gratidões por parte dos pobres, que humildemente reconheciam o gesto de que estavam a usufruir. Enquanto para os ricos a esmola significava aproximarem-se do céu e simultaneamente alcançarem glória e poder na terra, para os pobres significava a sobrevivência e materializava uma relação de sujeição e humildade perante os benfeitores.

Embora a caridade devesse ser praticada apenas na esperança da recompensa espiritual, os ricos serviam-se dela para reforçarem a sua posição social e política[9], tirando dividendos terrestres.

As Misericórdias proviam regularmente os pobres com esmolas avulso, nomeadamente

4 Confira-se sobre este assunto Oliveira, António de, "A Santa Casa da Misericórdia de Coimbra no contexto das instituições congéneres", in *Memórias da Misericórdia de Coimbra - Documentação & Arte. Catálogo*, Coimbra, 2000, p. 13.

5 Acerca da ação desenvolvida pela Misericórdia de Braga no campo estritamente religioso consulte-se Castro, Maria de Fátima, *A Irmandade e Santa Casa de Braga. Devoções, procissões e outras festividades (do século XVI a começos do século XX)*, Braga, ed. da autora, 1998, pp. 5-72.

6 *Bíblia Sagrada em português corrente*, Lisboa, Difusora Bíblica, 1999, p. 1310.

7 Veja-se Geremek, Bronislaw, *A piedade e a forca. História da Miséria e da Caridade na Europa*, Lisboa, Terramar, 1995, p. 49; Muir, Edward, *Ritual Modern Europe*, Cambridge, University Press, 1997, pp. 6-7.

8 *Bíblia Sagrada*..., p. 1285.

9 Consulte-se para este assunto Van Leewen, Marco H. D., "Logic of charity: poor relief in Preindustrial Europe", in *Journal of Interdisciplinary History*, nº 24, 4, 1994, pp. 589-613.

peregrinos, doentes que se curavam em suas casas ou estavam em trânsito para outras terras, presos, cativos e operarem com um "rol de pobres"[10], que beneficiavam regularmente (duas vezes por semana). Contudo, escolhiam alguns momentos do ano, para num ato de grande magnanimidade e despojamento entregarem esmolas aos pobres. Repartiam ainda algumas esmolas ao longo do ano, de que destacaremos a oferta de roupa.

Estas confrarias abrangiam um leque alargado de necessitados, embora saibamos que muitos ficavam fora das suas listas de providos, e que só eram esmolados alguns dos que lhes pediam esmola. As instituições de caridade não podiam atender todos que rogavam esmola. Operavam com recursos limitados, tendo, por isso, necessidade de selecionar os pobres com base em critérios estabelecidos. Sabe-se, portanto, da impossibilidade existente de conhecer o universo da pobreza[11], embora seja ponto assente que o número de pobres era flutuante, variando de acordo com a conjuntura económica, mas também com os locais. Para melhor trabalhar, quase todas estas instituições operavam com um rol. O chamado "rol da porta" que integrava os "pobres da Casa", ou seja os eleitos para receberem uma esmola regular, condição que os habilitava a serem contemplados com algumas das restantes esmolas da confraria, uma vez atestada a sua pobreza e o seu merecimento. Era a precariedade da situação em que viviam que ditava a sua admissão ao rol corroborada com uma vida digna, que se enquadrasse nas normas morais vigentes.

As esmolas distribuídas divergiam entre as Misericórdias. Na lista dos providos da Misericórdia de Vila Viçosa, por exemplo, havia quem recebesse uma esmola diária, constituída por pão e carne; quem recebesse uma esmola bissemanal, como acontecia com os presos e com outros pobres, que levavam também pão e carne ou pão e dinheiro, enquanto outros recebiam uma esmola mensal, constituída por dinheiro ou trigo[12]. A confraria diferenciava os providos, adequando a esmola a cada um. Esclareça-se que a maioria destes beneficiados era constituída por mulheres e incluía um número alargado de pobres envergonhados[13].

Os calendários da distribuição de esmolas podiam apresentar alguns desajustes entre si, mas tinham como princípio assegurar a subsistência aos que integravam a lista de beneficiados, proporcionando uma ajuda regular durante um período de tempo considerado mais gravoso.

A entrega das esmolas às quartas e aos domingos coincidia com os dias em que se realizavam os cabidos da Mesa[14], facto que as ritualizava e sublinhava a importância destas reuniões, associando-as ao exercício da caridade. Nada mais oportuno para uma instituição de caridade do que entregar esmolas a um número alargado de pobres sempre que os mesários se reuniam. Esta distribuição regular de esmolas conferia muito prestígio a estas instituições e simultaneamente colocava um número elevado de pobres sob o seu poder.

Na Misericórdia de Ponte de Lima, os pobres depois de serem aceites ao "rol da porta", tinham acesso às restantes esmolas da confraria: nos Fiéis-Defuntos e na distribuição de roupa e de cereais em Maio. Depois de serem integrados no "rol da porta", as esmolas da confraria tornavam-se mais acessíveis, porque estava comprovada a sua pobreza. De tal forma a pertença a este rol era importante, que servia de argumento para justificar a atribuição de outras esmolas e sustentava a presença de muitos destes pobres nas restantes esmolas. A dádiva era constituída

10 Expressão utilizada para significar os pobres regularmente providos, normalmente ao domingo e à quarta-feira. Podia ainda surgir com a designação de "rol da porta" ou "pobres da Casa".

11 Sobre a impossibilidade de conhecer a totalidade dos pobres confira-se Sá, Isabel dos Guimarães, "Pobreza", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, p. 456; Woolf, Stuart, *Los pobres en la Europa Moderna*, Barcelona, Editorial Crítica, 1989, pp. 15-16.

12 Para o estudo das esmolas destas confrarias leia-se o trabalho de Magalhães, António, "Os assistidos. Formas e beneficiários da actuação das misericórdias (1498-1910)", in Paiva, José Pedro (coord. Científico), *Portugaliae Momumenta Misericordiarum*, vol. 10, Lisboa, Centro ed Estudos de História Religiosa; União das Misericórdias Portuguesas, 2017, p. 121.

13 Para o estudo do "rol dos pobres" de Vila Viçosa leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa/Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000, pp. 231-233.

14 Reunião efetuada pela Mesa aos domingos e às quartas-feiras. A esmola era distribuída depois desta sessão.

por pão e dinheiro, ou simplesmente por pão ou só dinheiro e abarcava um leque alargado de beneficiados.

Para além de velhos, viúvos, entrevados, mentecaptos e pessoas que viviam sós, a lista integrava muitas crianças pequenas. Muitas eram órfãs, outras ilegítimas e expostas e outras ainda filhas de pais pobres que necessitavam de ajuda para as poderem criar.

As crianças recebiam normalmente uma esmola de pão, às vezes acrescentada com uma moeda. A esmola nunca lhes era entregue. Embora lhes fosse destinada, era oferecida à pessoa responsável pela sua criação. A partir dos finais do século XVII, a Misericórdia de Ponte de Lima procede à renovação frequente do rol, acusando a pressão dos pobres sobre a instituição. Em consequência, os pobres passaram a serem contemplados durante tempos mais curtos e simultaneamente possibilitou-se a esmola a um número mais alargado de carenciados.

A Misericórdia de Viana do Lima também operava com um rol de pobres, oferecendo-lhes esmolas aos domingos e às quartas-feiras. A dádiva era constituída por broas de pão e dinheiro e quando não havia pão em quantidade suficiente, a confraria pagava a esmola apenas em dinheiro. Em 1670 "por não aver pão", os pobres levaram uma esmola constituída apenas por numerário. Durante este ano, a Santa Casa gastou 260 réis mensais apenas para cobrir a oferta de pão[15].

Normalmente, a esmola oferecida a cada pobre oscilava entre os 20 e 30 réis e uma broa de pão. Contudo, havia alguns beneficiados que recebiam uma esmola maior em dinheiro. As órfãs do recolhimento de S. Tiago recebiam 420 réis, montante superior a todas as esmolas dadas aos restantes beneficiados[16]. À semelhança da Misericórdia de Ponte de Lima, também na de Viana, o maior número de beneficiados era constituído por mulheres. Porém, existia uma diferença assinalável quanto à residência dos beneficiados nestas duas Misericórdias. Enquanto em Ponte de Lima, a confraria provia gente de todo o concelho, embora desse nítida preferência aos pobres da vila e das freguesias limítrofes, em Viana, os beneficiados do "rol da Casa" eram todos da vila[17], à semelhança do verificado na Misericórdia de Vila Viçosa. A Santa Casa de Viana do Lima registava a rua a que pertenciam, possibilitando analisar os focos de pobreza da vila, bem como a ajuda prestada.

A Misericórdia de Arraiolos elaborava semanalmente um rol de pobres que provia e inscrevia nos livros de receita e despesa. Distribuía pão, carneiro e algum dinheiro, distinguindo os pobres com esmolas diferenciadas[18]. Em 1694 e perante a escassez de meios para continuar a sustentar os pobres do rol, a Santa Casa suspendeu esta esmola. Por isso, recebeu um importante contributo de D. Frei Luís da Silva, arcebispo de Évora, nesse ano, para continuar a suportar esta despesa. A Misericórdia tinha interrompido esta esmola, em virtude do seu envolvimento em demandas e ter uma dívida de 200 mil réis com Diego Nunes Tagano, morador em Portel, referente a umas capelas que tinham sido instituídas nesta confraria. Com a ajuda deste prelado, as esmolas retomaram-se, facto que muito agradou à confraria. Não as poder oferecer era a confissão pública do estado das suas finanças e o consequente desprestígio local, o que desagradava profundamente à instituição.

Logo após a sua fundação, as Misericórdias aderiram à promoção da espiritualidade em torno da Paixão de Cristo. Desenvolviam importantes manifestações processionais, onde incluíam práticas de flagelação como forma de penitência[19] e promoviam ações de caridade durante a semana Santa Entre as diversas manifestações processionais promovidas pelas Misericórdias neste período, destaca-se a procissão de quinta-feira Santa, transformada "verdadeiramente no grande

15 Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo (doravante ASCMVC), *Livro de receita e despeza 1670-71*, fl. 86.

16 Desconhecemos o número de jovens beneficiados.

17 ASCMVC, *Livros de receita e despeza*.

18 Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Arraiolos (doravante ASCMA), *Livros de receita e despeza*.

19 Acerca destas manifestações de espiritualidade leia-se Sousa, Ivo Carneiro de, *Da descoberta da Misericórdia à fundação das Misericórdias (1498-1525)*, Porto, Granito, Editores e Livreiros Lda, 1999, p. 155.

desfile religioso público das Misericórdias"[20].

Várias destas confrarias beneficiavam ainda nesta quadra os presos com um jantar melhorado, normalmente servido no dia de quinta-feira Santa. Recebiam igualmente alguns pobres à sua mesa, onde depois de se realizar a cerimónia do lava-pés (o provedor lavava os pés a 12 pobres reproduzindo a cerimónia bíblica), serviam-lhes um jantar e distribuíam-lhes roupa e ainda outras esmolas. Esta prática não era exclusiva das Misericórdias. A Igreja e pessoas particulares celebravam também o mesmo ritual, que proporcionavam a inversão de papéis entre pobres e ricos, ainda que por tempos curtos[21]. A Casa de Bragança reproduzia outrossim a cerimónia do lava-pés. O duque lavava os pés a 12 pobres, servia-lhes uma refeição à sua mesa e oferecia-lhes roupa[22].

Em Vila Viçosa, os encarcerados eram beneficiados com jantares melhorados ao longo de toda a semana Santa, os quais corriam por conta das ordens religiosas da vila e da própria Misericórdia[23]. Para além do jantar servido aos presos na quinta-feira Santa, a Misericórdia de Vila Viçosa escolheu a semana Santa para efetuar uma distribuição massiva de esmolas aos pobres da vila. No pátio da sua casa provia vários milhares de pobres na quinta-feira Santa, com pão, peixe e legumes e no sábado de Aleluia enviava-lhes carne a casa. A esmola do sábado era destinada aos pobres recatados e envergonhados da vila e, por isso, entregue durante a noite[24].

O envio de produtos alimentares aos pobres ou a dádiva direta nas Misericórdias, normalmente feita nos seus pátios, ocorria com frequência. As razões que justificavam o merecimento podiam ser variadas, mas estavam frequentemente associadas à doença, à velhice, à existência de filhos pequenos para criar, à deficiência, à pobreza envergonhada e ao encarceramento. Algumas situações particulares podiam também ser objeto de esmola. Os motivos eram sempre conhecidos dos confrades, informações que colhiam nas visitas realizadas com frequência a suas casas e através de pessoas idóneas que auscultavam, para atestar a necessidade e reconhecer o merecimento da ajuda.

Para além destas esmolas que aliviavam as carências alimentares dos pobres, as Misericórdias tinham ainda como prática a distribuição de cereais: trigo, milho e ou centeio, em determinadas alturas do ano. Podiam ainda proceder à sua entrega, cumprindo vontades de benfeitores. A oferta de cereais ocorria normalmente no Natal e/ou na Páscoa, mas não tinha calendário fixo em todas as Misericórdias.

A Santa Casa de Ponte de Lima esmolava um número alargado de pobres com cereais, em Maio. Nessa altura do ano, quando a nova colheita ainda demorava e os cereais normalmente encareciam, a confraria distribuía milho e centeio a alguns pobres que considerava merecedores desta esmola. Atribuída numa época em que geralmente os cereais subiam de preço, esta esmola ganhava um significado especial e tinha como objetivo contribuir para que algumas famílias não entrassem no mundo da miséria e aumentassem as dificuldades de uma vida já de si muito penosa.

Nos anos em que as colheitas eram mais fracas, o preço dos cereais subia e muitas famílias não tinham outra alternativa senão recorrer à caridade. Para os pobres, a subida do seu preço era sempre problemática, uma vez que o pão era a sua base alimentar e para o adquirir gastavam a maior parte do rendimento disponível[25].

Segundo alguns autores, a produção de grãos esteve já sujeita a esta situação no século XVII,

20 Consulte-se Sousa, Ivo Carneiro de "Da Fundação e da Originalidade das Misericórdias Portuguesas (1498-1500)", in *Oceanos*, nº 35, 1998, p. 34.

21 Veja-se Sá, Isabel dos Guimarães, *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, pp. 92-93.

22 Sobre a cerimónia do lava-pés na Casa de Bragança, consulte-se Cadornega, António de Oliveira, *Descrição de Vila Viçosa*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1982 [1683], p. 66.

23 Araújo, Maria Marta Lobo de, "Festas e rituais de caridade nas Misericórdias", in *Colóquio Internacional Piedade Popular Sociabilidades - Representações e Espiritualidade, Actas*, Lisboa, Centro de História da Cultura/História das Ideias, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1999, p. 506.

24 Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus...*, p. 239.

25 Consulte-se Oliveira, António de, *Capítulos de História de Portugal*, vol. II, Viseu, Palimage Editores, 2015, pp. 633-654.

mas agravou-se no século seguinte, chegando a uma precariedade tal, que "não permitia uma subsistência normal para além de três a quatro meses no ano"[26]. Consequentemente, os camponeses transformavam-se também em jornaleiros ou em mesteirais para conseguirem um complemento necessário às suas receitas e fazer face às despesas da casa. Os agricultores viviam um equilíbrio precário e qualquer pressão demográfica provocava a subida dos preços dos cereais e punha em perigo a sua existência[27]. A emigração e o abandono das terras foram sentidos um pouco por todo o lado e os caminhos seguidos por quem não podia suportar estas dificuldades. O aumento da mendicidade e da vagabundagem constituíam também um sub produto dos maus anos agrícolas e do consequente aumento dos preços dos cereais[28]. Numa economia dominada pelo cereal e em permanente desequilíbrio, uma grossa fatia da população vivia ameaçada, em constante aflição e pauperização[29].

Tornava-se, portanto, uma ação de relevo prover uma população pauperizada, numa altura do ano em que os cereais atingiam preços inacessíveis. Por outro lado, a esmola possibilitava ainda a sementeira. O mês de Maio é a altura de semear os campos. Logo, ter semente equivalia a manter a esperança da reprodução dos cereais e permitir a auto suficiência no ano seguinte. Não a ter e não a poder comprar significava a falta de alimentos e a dependência de familiares, de amigos e/ou de instituições de caridade.

A distribuição de cereais assumiu na Misericórdia de Ponte de Lima um carácter institucional, com calendário marcado no mês de Maio. Para além dos pobres, a confraria repartia também cereais aos seus assalariados até meados do século XVII. Esta "oferta" constituía uma parcela dos seus salários, pelo que não pode ser considerada uma esmola.

A ação da Misericórdia de Ponte de Lima deve ser entendida como uma medida preventiva e que em última análise lhe era também favorável. Ou seja, se aumentassem os pobres, mais esmolas teria que repartir e no caso de não as poder satisfazer, cresceria a pressão desta população sobre a instituição. Assim, enquanto instituição de assistência, a Santa Casa atuava de forma a minorar os efeitos da pobreza, optando por amparar algumas famílias e pessoas individuais antes de resvalarem para o mundo da miséria. A distribuição de cereais era maioritariamente constituída por milho, embora alguns pobres fossem também beneficiados com centeio. Principal cultura da região, o milho era o cereal mais abundante na confraria e também o mais barato. A Misericórdia oferecia o que tinha recebido das rendas, foros e dos peditórios que efetuava pelo São Miguel[30]. A esmola era oferecida em pequenas quantidades e entregue a "pobres estruturais"[31].

Para além da distribuição habitual, em 1674 e em 1680, esta esmola foi reforçada e os confrades mandaram cozer alguns alqueires de milho e centeio e ofereceram broas de pão a alguns pobres: "mandaram-se cozer quatro alqueires e meio de milho e um de centeio que se repartiram pelas pessoas abaixo nomeadas"[32]. A lista incluía 18 pessoas, em 1680, e integrava alguns nomes já contemplados com a esmola em cereais, significando, portanto, que alguns pobres foram duplamente beneficiados neste mês, recebendo pão para comer e cereais para semear.

As cerimónias destinadas à comemoração dos

26 Confira-se Oliveira, Aurélio de, "Renda agrícola em Portugal durante o Antigo Regime (séculos XVII-XVIII). Alguns aspetos e problemas", in *Revista de História Económica e Social*, nº 6, 1980, p. 20.

27 Veja-se Lobo, Constantino Botelho de Lacerda, "Viagem sobre a Agricultura da Província do Minho feita no Anno de 1789", in *O Investigador Portuguez*, Vol. XIX, 1817, pp. 433-450.

28 Para o Alentejo confira-se Justino José David Gomes,"Crises e "decadência" da economia cerealífera alentejana no século XVIII", in *Revista de História Económica e Social*, nº 7, 1981, pp. 29-80.

29 Confira-se Lis, Catharina; Soly, Hugo, *Pobreza y capitalismo en la Europa preindustrial (1350-1850)*, Madrid, Akal Universitária, 1985, p. 162.

30 Em Setembro, a Misericórdia de Ponte de Lima efectuava um peditório por diversas freguesias que integravam vários concelhos.

31 Veja-se para esta matéria Geremek, Bronislaw, A piedade e a forca..., pp. 122-125.

32 ASCMPL, *Livro de receita e despeza de 1680-81*, nº 478, não paginado.

defuntos efetua-se em dois dias consecutivos no mês de Novembro (1, dia de Todos-os-Santos e 2, dia dos Fiéis-Defuntos) e transformava-se num momento de caridade para com os mortos.

A crença na existência do Purgatório e a certeza de que um dia todos estariam mortos, unia vivos e defuntos em torno da salvação. Depois de sucumbirem, os homens sujeitavam-se a dois julgamentos: um logo após a morte e outro no Juízo Final. Aguardando a ressurreição, os mortos recebiam a ajuda dos vivos para obterem a remissão dos seus pecados e a purificação das suas almas. Só assim podiam entrar no Paraíso. Era necessário ter piedade com as almas que sofriam no Purgatório e a Igreja alimentava esta ideia de forma cuidadosa, pois era interessada direta, na medida em que os sufrágios forneciam rendimentos aos seus agentes. Estabelecia-se uma cadeia de solidariedade entre vivos e mortos, tendo os religiosos como intermediários. A análise dos testamentos evidencia esta preocupação. Numa altura em que a morte se avizinhava, reuniam-se esforços para enfrentar e preparar a vida do Além. Solicitava-se a intercessão de todos, particularizando-se no entanto aqueles de quem mais se esperava: Virgem Maria, santos e Anjo da Guarda. Estes eram também os considerados com maior poder de atuação junto do Criador.

Entre o primeiro e o segundo julgamento os mortos permaneciam no Purgatório[33]. A ajuda dos vivos, imprescindível para o deixar e alcançar a felicidade eterna, podia efetuar-se através de práticas muito diversificadas: celebração de missas, orações, responsos, dádivas de esmolas em favor da alma dos mortos, ofertas de sacrifícios e mais ações em torno do próximo[34]. Era por esta razão que pessoas particulares e instituições efetuavam ofertas aos pobres neste dia, oferecendo-as pelas almas do Purgatório, mas também e alistavam nas confrarias das Almas do Purgatório, destinadas ao resgate das mesmas almas.

Em todas as paróquias, confrarias e conventos, a festa dos Santos era celebrada com particular intensidade. A Misericórdia de Ponte de Lima transformava-a numa festa de caridade em favor dos mortos. Para além das celebrações religiosas que cumpria, estabeleceu como prioridade a dádiva de esmolas aos mais necessitados, oferecendo-as em favor das almas que se sufragavam[35]. Algumas Misericórdias faziam distribuição de esmolas aos pobres neste dia, sendo esta ajuda parte integrante da festa que comemorava os mortos. Também a Misericórdia de Viana do Lima distribuía no dia dos Fiéis-de-Deus uma esmola aos pobres[36].

Para além de um jantar que enviava aos presos no dia de quinta-feira Santa, a Santa Casa de Ponte de Lima voltava a provê-los com mais outro jantar no dia dos Fiéis-Defuntos. Esta era só uma parcela das esmolas que distribuía neste dia, porque a maior era concedida a outros pobres. Ignoramos o seu início e só temos conhecimento dela a partir de 1633, através dos livros de receita e despesa, onde figura anualmente o rol dos esmolados no dia dos Fiéis-Defuntos e sabemos que se manteve até 1740.

As esmolas eram constituídas por pão, carne e/ou peixe, mas alguns necessitados recebiam também ovos e vinho, embora tivessem sido muito poucos os casos beneficiados com estas esmolas. Inicialmente, alguns pobres eram ajudados com dinheiro, embora este fosse reservado apenas para um número limitado, ou seja, para os "pobres da Casa". Contudo, ainda no século XVII, os pobres foram largamente favorecidos com esmolas em dinheiro, sobretudo a partir do momento

33 Sobre esta temática consulte-se Abreu, Laurinda Faria dos Santos, *Memórias da alma e do corpo. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*, Viseu, Palimage Editores, 1999, pp. 99-105.

34 Para o estudo do contributo das ações beneficiadoras da alma consulte-se Vovelle, Michel, *Les âmes du purgatoire ou le travail du deuil*, Paris, Gallimard, 1996, pp. 82-115.

35 Veja-se Depauw, Jacques, *Spiritualité et pauvreté a Paris au XVII siècle*, Paris, Histoire Éditions, 1999, pp. 83-84.

36 ASCMVC, *Livros de receita e despeza*.

em que a confraria recebeu mais legados e estava dotada de receitas mais fortalecidas. As esmolas e a sua quantidade estava sujeita ao estado das finanças da confraria e às suas opções de gestão. Quando as receitas possibilitavam e não existiam outras prioridades, oferecia-se uma esmola mais avantajada e a um número mais alargado necessitados, quando não, ficava-se por um número reduzido e por uma esmola menos robusta.

Os pobres que integravam o rol eram "visitados" pelos confrades em suas casas, mas a instituição distribuía mais esmolas no "pátio da Casa", local onde se juntavam outros pobres que eram também beneficiados. Esta distribuição feita no pátio da Casa assume um significado completamente diferenciado do das restantes esmolas. Enquanto os primeiros eram protegidos da indiscrição alheia, uma vez que a esmola lhes era enviada a casa, a pobreza dos segundos era exposta publicamente. A esmola era-lhes dada perante os olhares de todos.

O número de providos no pátio variava anualmente e tratava-se de uma esmola oferecida para além das distribuídas aos que integravam o "rol dos Fiéis-Defuntos". Os pobres que não pertenciam à lista de providos reuniam-se na confraria e esperavam que os irmãos descessem do Consistório para lhes oferecer a esmola. Passavam a "varanda da esmolaria", desciam umas escadas em pedra e já estavam no "pátio da Casa". O caminho a percorrer era muito curto. Curiosamente, as dádivas ofereciam-se junto ao cemitério dos pobres. Os enterrados por "amor de Deus" tinham sepultura no pátio, local onde se juntavam os pobres. Por isso, estas esmolas entregues no pátio estabeleciam uma relação direta entre os mortos e a caridade que se praticava em sua honra, uma imploração conjunta entre vivos e defuntos, tendo os pobres de permeio e aguardando-se deles a imploração das almas dos defuntos.

No dia de Todos-os-Santos os irmãos tinham ainda como obrigação estatutária reunirem-se na confraria para, em corpo e, num ato de caridade, recolherem as ossadas da forca e enterrá-las como cristãos[37]. Mas eram ainda estas confrarias que ofereciam "um saio de linho" ao condenado e acompanhavam-no até ao patíbulo, oferecendo os serviços do seu capelão mor, para o ajudar a bem morrer[38].

Oferecer roupa aos pobres nas Misericórdias era uma esmola não calendarizada, embora em algumas destas confrarias pudesse recair preferencialmente no Natal ou na Páscoa, ou ainda no dia de outras festas religiosas. Podia ainda estar associada a outras festas do ano, com o acontecia no dia de Santa Isabel[39]. Mas o mais comum era a roupa ser oferecida quando era pedida.

Dependendo do seu estatuto, o vestuário adquiria significados diferentes para os pobres: para uns, servia para agasalharem o corpo do frio e cobrirem as carnes, enquanto para os pobres envergonhados, a roupa adquiria um significado de representação social. A roupa era a evidência da pobreza ou da riqueza e trajar mal era indicador de decadência social, de empobrecimento e mal-estar financeiro. Tornava-se, portanto, necessário recorrer à caridade para esconder a pobreza e continuar a aparentar um estatuto em degenerescência.

A dualidade existente entre os pobres propriamente ditos e os pobres envergonhados era evidente nas petições que dirigiam às instituições onde pediam roupa. Os pobres agregavam à falta de roupa e aos farrapos que diziam trajar, situações de doença, incapacidade para o trabalho decorrente da muita idade e alargados agregados familiares,

37 Acerca do enterramento das ossadas veja-se Calongue Garcia, Francisco Ángel, "Reos de muerte y caridade cristiana", in *Hispania Sacra*, Año 52, Enero-Junio, 2000, pp. 177-182; Araújo, Ana Cristina, "Cerimónias de execução pública no Antigo Regime-escatologia e justiça", in *Revista de História da Sociedade e Cultura*, 1, 2001, pp. 182-187.

38 Correia, Fernando da Silva, "A Misericórdia de Lisboa", in *A Medicina Contemporânea*, nºs 19 a 21, Ano LX, 1942, p. 35; Weissman, Ronald F. E., Ritual Brotherhood in *Renaissance Florence*, Nova Iorque, 1982, pp. 85, 96.

39 A Casa de Bragança praticava esta obra de caridade através da muita roupa que mandava distribuir aos pobres de Vila Viçosa na Páscoa e no dia de Santa Isabel. Tratava-se de uma prática assistencial destinada aos pobres e não aos seus assalariados. Quando estes eram auxiliados, a Casa ajudava-os enquanto pobres, não assumindo a esmola uma forma de retribuição salarial.

normalmente constituídos por crianças. Era também frequente invocarem situações de deficiência, associadas à cegueira ou a outras fraquezas, que os tornavam vulneráveis e incapacitados de se auto sustentarem.

Os pobres envergonhados teciam considerações de teor diversificado. Referiam viver pobremente, precisarem de roupa para se deslocarem à igreja e declaravam ter vergonha dos seus trajes envelhecidos e degradantes. Embora ambos pedissem roupa, ela era solicitada para fins divergentes. Para os primeiros, servia para uma necessidade urgente, enquanto para os segundos tratava-se de uma questão de decência, de representação social, de manutenção da dignidade. Aspetos que andavam longe das preocupações dos restantes pobres. Desta diferença de posições sociais decorria a qualidade da roupa dada. Aos pobres ofereciam-se peças velhas e novas, normalmente já confecionadas, enquanto aos pobres envergonhados entregava-se alguns côvados[40] ou rodos[41] de pano, possibilitando-lhes a confeção de vestuário ao seu agrado, oferecendo-lhes também *atavios* para algum adorno ou até dinheiro para o feitio.

Sempre que possível, as Misericórdias respeitavam o desejo dos pobres e proviam-nos com as peças de que necessitavam, ou então com pano para as poderem mandar fazer. As Santas Casas operavam de diversas maneiras. Podiam oferecer as peças feitas ou entregar o pano para as confecionar[42]. A Santa Casa de Ponte de Lima adequava a sua atuação com os pobres em questão[43]. Normalmente entregava as peças já feitas aos pobres ou simplesmente mandava-lhe rodos de pano de burel, enquanto aos pobres envergonhados oferecia-lhes o pano para o que desejassem mandar fazer e ainda uma esmola para pagar o feitio ou qualquer atavio de que as peças necessitassem.

Entre os providos, os presos eram também contemplados com esta obra de misericórdia e algumas destas confrarias recebiam legados para os vestirem.

A Santa Casa de Ponte de Lima enviava mantas aos encarcerados para as usarem na cadeia, mas estabelecia a condição de as devolverem na altura da saída. Tratando-se de pobres assistidos pela confraria, a Santa Casa atuava de forma a evitar críticas e a conservar o seu prestígio. Por isso, vestia-os quando transitavam para outras cadeias.

Mas as mantas podiam ainda ser entregues a pobres que as utilizavam para pedir. Nestes casos, estas peças podiam ter uma dupla utilidade: durante o dia servir para agasalhar o corpo, sendo colocadas pelas costas e cobrir os outros farrapos e à noite para serem colocadas na cama. A mesma utilização podia ser dada aos rodos de pano de burel oferecido a alguns necessitados. A Santa Casa oferecia também rodos de pano de burel aos pobres que podiam ser utilizados na cama, ou na confeção de peças de vestuário. Esta possibilidade dos pobres decidirem sobre o que lhes era mais conveniente, aliviava a confraria de despesas e conferia aos pobres algum poder de decisão sobre a esmola.

Na Misericórdia de Ponte de Lima a oferta de roupa aos pobres acontecia ao longo do ano e alcançou uma grande importância, pelo volume de roupa anualmente oferecida. A Santa Casa dispunha de poucas peças deixadas pelos defuntos do hospital, porque as mesmas eram procuradas pelos seus familiares. Por isso, gastava anualmente muito dinheiro para adquirir roupa para oferecer aos pobres. A roupa oferecida em Ponte de Lima era constituída maioritariamente por peças de vestuário, sendo rara a oferta de roupa de cama e apenas feita a pobres envergonhados. Gente que se encontrava doente e que solicitava roupa de cama e enxergões para

40 Um côvado era uma antiga unidade de medida de comprimento, equivalente a 0,66m.

41 Um rodo significa uma certa quantidade de pano enrolada.

42 A Misericórdia de Arraiolos, à semelhança do que se passava também noutras congéneres, utilizava estas duas formas de atuação, em consonância com o seu estado financeiro. Veja-se ASCMA, *Livro de receita e despeza 1695*, fls. 42-43.

43 O mesmo se passava na Misericórdia de Coimbra. Confira-se Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, Assistência e Controlo Social*. Coimbra (1750-1850), Viseu, Palimage Editores, 2000, pp. 235-240.

se apresentarem condignamente enquanto doentes.

Nem sempre a confraria mencionou o tecido utilizado nas peças que oferecia, mas quando o fez, possibilitou que conhecesse-mos o pano de que se vestiam os pobres. O tecido mais utilizado para vestir pobres era o burel, seguido da saragoça, da estopa e da baeta. Muito raramente comprou linho e algodão. Estes dois últimos tecidos e a bombazina eram utilizados em peças oferecidas aos pobres envergonhados ou aos serviçais da Casa, mas nunca foram aplicados na roupa dada aos outros pobres. A Santa Casa economizava o que podia nesta obra de caridade e comprava panos fracos para vestir os pobres e nem sempre adequados à função que desempenhavam. A utilização de panos pouco consistentes e pouco protetores dava razão aos pobres que diziam *morrer de frio* no Inverno e pediam para melhor se protegerem.

Desprovidos de enfeites e sem grandes feitios, as roupas oferecidas pela Misericórdia de Ponte de Lima eram de cores sóbrias e pálidas. Esta paleta cromática dominada pela falta de cor, não deixa de ser significativa e encontra paralelo nas cores pálidas e no negro estudadas por Margarida Durães e utilizadas pelos camponeses minhotos dos séculos XVIII e XIX[44]. A pobreza estava associada ao recato e a uma vida pacata que se expressava também pelo porte e pelo trajar. Segundo Michel Pastoureau a Reforma Católica favoreceu o retorno a um vestuário mais estrito e mais escuro, deixando de lado os tecidos com fantasias e mais chamativos[45]. A roupa devia exteriorizar a sobriedade de quem a vestia, sempre acompanhada por um toque de discrição. Por isso, no vestuário dos providos pela Santa Casa de Ponte de Lima registavam-se poucas peças garridas, sendo talvez oferecidas em segunda mão.

A distribuição de roupa na Misericórdia de Vila Viçosa não conheceu a expressão verificada na de Ponte de Lima. A roupa oferecida pela aquela confraria era maioritariamente proveniente dos pobres que faleciam no seu hospital. Contudo, a Santa Casa não lhe dava apenas este fim. A considerada mais valiosa era vendida, conjuntamente com outros pertences dos defuntos, revertendo para benefício da confraria e servindo de pagamento dos gastos efetuados no tratamento. Era ainda reciclada para as necessidades da Casa, nomeadamente para vestir meninos órfãos[46] ou entregue aos assalariados da confraria. Quando os bens dos defuntos não eram procurados pelos familiares e não existia nenhuma determinação do seu dono para a confraria cumprir, o comum era as Misericórdias apoderarem-se desses pertences e darem-lhes o fim considerado mais conveniente. Isto mesmo estava determinado. Os hospitais eram os donos legítimos desses pertences, desde que não houvesse testamento que o contrariasse[47].

Como nem todas as Misericórdias dispunham de roupa deixada pelos pobres nos hospitais em quantidades suficientes para responder às solicitações que lhes eram dirigidas, sempre que precisavam tinham de adquirir os tecidos e mandar confecionar as peças de que necessitavam para entregar.

Estudar os programas de distribuição de esmolas das Misericórdias portuguesas é conhecer uma diversidade grande de atuação, mas encontrar também muitas afinidades de atuação. Estas confrarias entendiam a caridade como um dever, bem como todos os fiéis o deviam fazer, porquanto através dela se podia aplanar o caminho da salvação. Neste trabalho demos realce à caridade ritualizada, analisando os procedimentos destas instituições perante a obrigação de dar e sublinhamos os tempos litúrgicos mais importantes para entender o dever da caridade.

Doutora Marta Lobo de Araújo

44 Para o estudo das cores utilizadas pelos camponeses bracarenses veja-se Durães, Margarida Pereira Varela, *Herança e Sucessão. Leis, Práticas e Costumes no Termo de Braga (séculos XVIII-XIX)*, Vol. I, Braga, 2001, p. 222, tese de doutoramento policopiada.

45 Sobre este assunto consulte-se Pastoureau, Michel, *O tecido do diabo, uma história das riscas e dos tecidos listrados*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996, pp. 55-56.

46 A Santa Casa de Vila Viçosa administrava um colégio de meninos órfãos, criado pela Casa de Bragança, em 1558.

47 Leia-se a propósito Carvalho, Augusto J. da Silva, *Crónica do Hospital de Todos-os-Santos*, Lisboa, s.n., 1949, p. 246.

140 anos

Comemorações dos 140 anos

Assumimos estas comemorações como a ocasião oportuna para, enquanto Instituição, afirmarmos perante os parceiros e a comunidade que um histórico de 140 anos de contínua atividade ao serviço dos mais desfavorecidos, para além de um poderoso legado, constitui uma incontornável responsabilidade no presente e um enorme estímulo para continuarmos a construir o futuro.

A Santa Casa da Misericórdia está em todos nós e, à semelhança do que sempre sucedeu desde a sua fundação, o manancial de esperança e conforto que sempre a caracterizaram continua a fluir e hoje, mais do que em qualquer outro momento da sua história, de forma direta e ininterrupta, chega mais longe e de forma mais diversificada a um maior número de pessoas. São todas essas pessoas a nossa razão de existir e, por isso, é também a cada uma delas que comemoramos e recordamos da mesma forma que o fazemos relativamente aos elementos dos corpos sociais, aos Irmãos, aos colaboradores e parceiros, especialmente pelo entusiasmo, pelo orgulho e compromisso pessoais de cada um de nós.

As comemorações dos 140 anos da Misericórdia foram também ocasião para recordar os fundadores, as origens, os valores e os princípios fundamentais da Instituição, assim como propiciaram uma análise aprofundada do quanto conseguimos alcançar no passado e da forma como tais conquistas condicionaram o nosso trajeto rumo a metas seguintes que mais não foram/são do que pontos de partida para os próximos desafios. Mais serviram de mote para reconhecermos e homenagearmos as pessoas que, na esteira dos fundadores, pelos seus atos, entrega e dedicação a esta causa, contribuíram decisivamente para a projeção e valorização institucionais e concomitantemente para a transmissão de uma mensagem positiva de humanidade, compromisso e voluntariado.

Estas comemorações são, também em primeira instância, a manifestação genuína da enorme satisfação por tudo quanto, até hoje, foi possível alcançar!

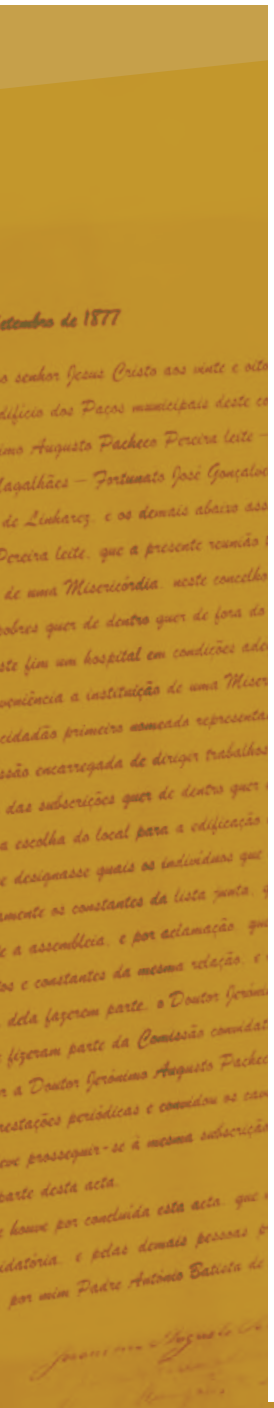
Vice-Provedor

Dr. José Teixeira

ABERTURA DAS COMEMORAÇÕES

EXPOSIÇÃO

Comemorações dos 140 anos



EUCARISTIA

EUCARISTIA

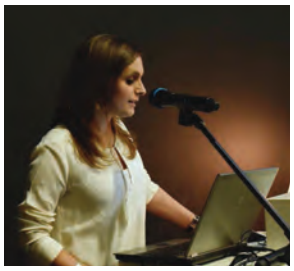
Comemorações dos 140 anos

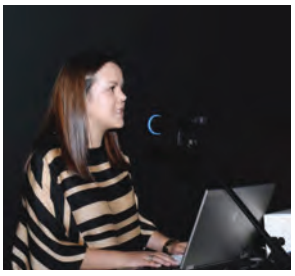
ANIVERSÁRIO

ANIVERSÁRIO

Comemorações dos 140 anos

IV JORNADAS DA SAÚDE





PROCISSÃO

Serviços religiosos

Ao longo da sua vida pública Jesus manifestou abundantemente o amor e a misericórdia de Deus, procurando deter-se sempre pacientemente diante daqueles que saíam ao seu encontro. Em Jesus, Deus experimentou a vida do homem por dentro: amou com amor humano, sofreu com dor humana, desfrutou com alegria humana, chorou com lágrimas de homem. N'Ele, que viu a vida com olhos humanos, descobrimos o rosto misericordioso de Deus Pai e, fruto dessa descoberta nascem as Misericórdias, enquanto movimento de fraternidade cristã que procura viver humilde e verdadeiramente a *caritas christiana*.

A Santa Casa da Misericórdia de S. Miguel de Refojos tem, ao longo dos seus cento e quarenta anos de história, procurado, não só desenvolver a sua missão dando resposta às carências da comunidade, evitando que o mal padecido pelo próximo se alastre, mas também promover a dignidade humana dos seus utentes através de uma assistência acolhedora, calorosa e respeitadora da vontade da pessoa.

É neste âmbito que se enquadra a colaboração do assistente espiritual e religioso, que, mais do que oferecer a sua ação especificamente religiosa, através da oração e dos sacramentos, deve também procurar uma outra aproximação mais abrangente, humana e evangelizadora que se torna efetiva através da capacidade de escuta, compreensão, convivência, respeito, discrição e sigilo.

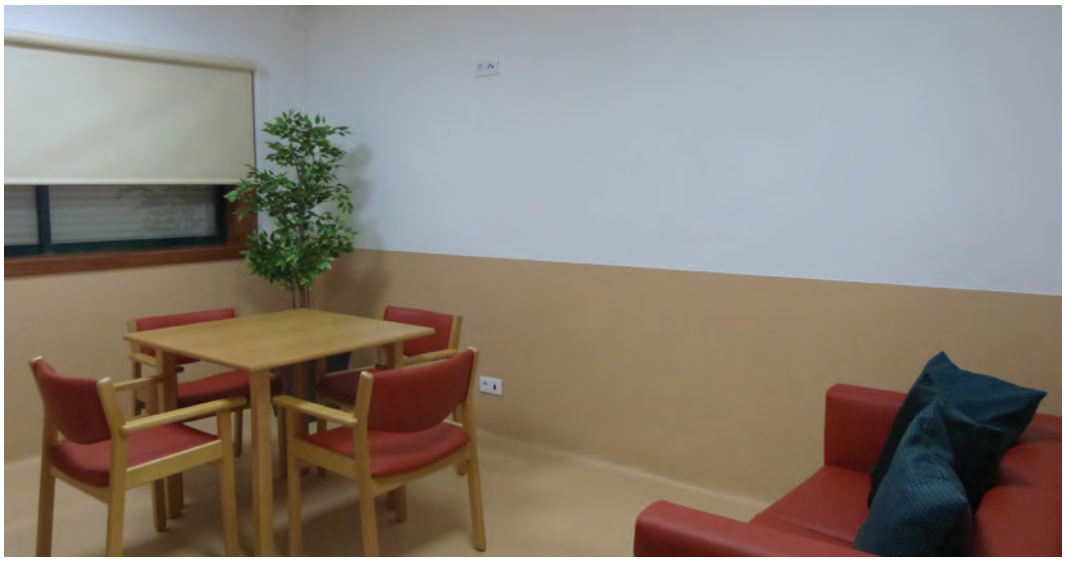
Em dois mil e treze fui convidado para colaborar com a Santa Casa da Misericórdia de S. Miguel de Refojos enquanto assistente espiritual e religioso, primeiro apenas no Lar Dr. Manuel Fraga e desde dois mil e quinze também na Unidade de Cuidados Continuados Dr. Francisco Meireles. Como quem começa do zero, não nego que parti com algum temor para esta experiência, mas desde o início me senti bem acolhido pela instituição e depressa me apercebi que poderia oferecer aos utentes muito mais do que aquilo inicialmente esperava, assim como a redescobrir a beleza da misericórdia presente no Evangelho.

"Muitas vezes e de muitos modos, falou Deus", como afirma o autor da Carta aos Hebreus. Hoje Deus continua-nos a falar e a mostrar que a prática das Obras de Misericórdia é um caminho alternativo e sustentável.

Pe. Manuel Batista Quinta

Estrutura Residencial para Idosos Lar Dr. Manuel Fraga

O Lar Dr. Manuel Fraga, inaugurado no dia 14 de maio de 1989, é, desde essa data, uma das imagens de marca da Santa Casa da Misericórdia de S. Miguel de Refojos. Esta resposta social funciona ao abrigo de um acordo de cooperação com a Segurança Social e presentemente abrange 68 utentes, o que corresponde à capacidade máxima atualmente disponível, sendo que, porque a capacidade atual não permite dar resposta a todas as solicitações, tal como sempre tem ocorrido, continua a existir lista de espera. Com uma localização privilegiada e uma vista fantástica sobre o Mosteiro e a Praça da República, o edifício e o espaço acolhedores, para além das funções institucionais que deles se esperam, é também, fundamentalmente, uma "casa de família" para todos os nossos utentes.



Atualmente são vários os idosos de grande dependência e com necessidade de cuidados específicos a que o Lar dá resposta, assim como sempre são priorizadas as situações de idosos sem retaguarda familiar, residentes no concelho de Cabeceiras de Basto, e cuja situação particular, económica ou de saúde, não lhes permite permanecer no seu meio habitacional de vida. Assumindo com grande relevo o fomento e o prolongamento da autonomia da pessoa idosa, no plano de atividades da valência são fortemente valorizadas as estratégias e realizações internas que contribuem para a manutenção e reforço dos laços afetivos e familiares dos utentes, assim como a sua ligação à comunidade tendo em vista a promoção do envelhecimento ativo com recurso a atividades especificamente adequadas às condições biopsicossociais de cada indivíduo.

Primando sempre pela qualidade e excelência na prestação dos serviços, o Lar disponibiliza aos seus utentes um diversificado conjunto de serviços onde, para além do alojamento, alimentação, higiene pessoal, tratamento de roupas, cuidados de saúde, apoio psicossocial, serviço de assistência religiosa e espiritual, se incluem também a animação sociocultural e a fisioterapia. De forma a responder cabalmente a todas estas áreas de intervenção o quadro de pessoal da Instituição dispõe de colaboradores e técnicos devidamente qualificados.

Drª. Elsa Antunes

Serviço de Apoio Domiciliário

Atenta à realidade social, a Santa Casa da Misericórdia de Cabeceiras de Basto, protocolou com a Segurança Social, em agosto de 1991, o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), a fim de, à época, dar resposta, de forma inovadora e sustentável, às necessidades da população da Freguesia de Gondiães no seu contexto habitacional.

Os idosos, de modo particular aqueles geograficamente mais isolados, constituem um sector da população cabeceirense que, em decorrência das inúmeras debilidades físicas, dificuldades económicas e reduzida, ou ausente, retaguarda familiar, nos merecem especial atenção. Aliás, o novo paradigma de envelhecimento saudável e ativo defende que a manutenção da qualidade de vida e o prolongamento do estado geral de saúde física e mental dos mais velhos, será francamente facilitado sempre que se garanta a continuidade de uma integração plena dos indivíduos em sociedades seguras cujo funcionamento diário os torne mais ativos e os faça sentirem-se úteis. É, pois, esta a perspetiva de atuação e o princípio que norteia a valência de SAD da Santa Casa da Misericórdia de Cabeceiras de Basto nas comunidades de Gondiães e Samão que, inseridas num meio rural típico de montanha com um reduzido número de habitantes maioritariamente idosos, afastadas cerca de 35km da sede do concelho e em situação de alguma fragilidade social e económica, encontram nesta modalidade de serviço a principal resposta social de apoio à terceira idade.

A Santa Casa da Misericórdia, no âmbito do SAD, proporciona aos seus 30 clientes atuais cuidados de higiene e conforto, limpeza à habitação, tratamento de roupas, distribuição diária de refeições, serviço de animação sociocultural, acompanhamento psicossocial ou outros que sejam identificados como necessários. Também no que concerne a esta resposta social, hoje e sempre, continuaremos a primar pela promoção do respeito e da qualidade de vida das pessoas idosas através da prestação de um serviço de excelência.

Drª Inês Bastos

UCC Dr. Francisco Meireles

A unidade de Cuidados Integrados de Longa Duração e Manutenção da Santa Casa da Misericórdia de S. Miguel de Refojos, denominada, por decisão da Mesa Administrativa, "UCC Dr. Francisco Meireles", em memória do insigne médico e benfeitor da Instituição, é uma valência enquadrada na Rede Nacional de Cuidados Integrados, com a capacidade máxima de 31 camas, das quais 22 se encontram abrangidas pelo acordo de cooperação, que se encontra em funcionamento desde fevereiro de 2015.

Nesta unidade, tendo em consideração o seu âmbito de atuação, procede-se ao internamento e tratamento de utentes com doenças

ou processos crónicos, com diferentes níveis de dependência e graus de complexidade, que não reúnam condições para serem cuidadas em casa ou na instituição ou estabelecimento onde residem. Nesta tipologia de intervenção, para além de apoio social, são ainda prestados cuidados de saúde de manutenção que previnam e retardem o agravamento da situação de dependência, favorecendo o conforto e a qualidade de vida dos internados.

A resposta social dos Cuidados Continuados de Longa Duração prossegue, pois, a reabilitação, readaptação e reinserção familiar e social dos utentes, o que só é possível através da integração de cuidados proporcionados por toda uma diversificada equipa de profissionais de várias áreas da saúde que, diariamente, pautam a sua atuação por elevados padrões de exigência e qualidade, sempre em busca da excelência, tendo em vista o máximo conforto e satisfação dos utentes e respetivos familiares.

Enf. António José Barroso

Academia de Cultura

A Academia de Cultura da Santa Casa da Misericórdia de Cabeceiras de Basto, universidade sénior criada em 2008, tem vindo, desde então, a funcionar ininterruptamente ao longo de cada um dos anos letivos e constitui uma excelente resposta para a população sénior cabeceirense. Ao longo dos seus 10 anos de atividade, esta resposta da Misericórdia, vem assumindo, e cumprindo, um importantíssimo papel no desenvolvimento de atividades, essencialmente de âmbito formativo e informativo, especialmente concebidas e planeadas para os utilizadores a quem se destina, designadamente aqueles que já tenham completado 50 anos de idade.

Membro da RUTIS, Associação Rede de Universidades da Terceira Idade, esta valência tem sessões semanais nas quais, para além do elenco regular de "formadores", essencialmente voluntários, colaboradores e técnicos da Instituição, cada um dos "formandos" envolve-se, ora como aluno, ora como professor, resultando daí uma efetiva e rica interdisciplinaridade de carácter mais académico ou mais prático. Poesia, teatro, desporto, saúde, história e religião são algumas das áreas de interesse frequentemente revisitadas. À vertente mais formativa e informativa acresce uma forte componente de convívio e de socialização, assim como uma aprendizagem dinâmica, feita também de visitas de estudo, intercâmbio com outras Academias e convívios ao longo de todo o ano letivo.

A alegria, o convívio e o gosto pelo saber estão presentes todas as terças e quartas-feiras das 14h30 às 16h30, quebrando a monotonia, promovendo amizades, descobrindo interesses e vocações escondidas, rejuvenescendo, incrementando a autoestima e o gosto pela vida, na nossa Academia de Cultura.

Animador Sociocultural

Pedro Andrade

Esta revista teve o apoio de:

Santa Casa da Misericórdia de Cabeceiras de Basto

REVISTA #1 . DEZEMBRO 2017
PROPRIEDADE: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CABECEIRAS DE BASTO
MORADA: RUA JOÃO PAULO II, 492, 4860-365 CABECEIRAS DE BASTO
CONTACTO TELEFÓNICO: 253 666 200
EMAIL: GERAL@SCMCABECEIRAS.PT
CONCEÇÃO E IMPRESSÃO: LK COMUNICAÇÃO – THE MARKETING AGENCY
TIRAGEM: 1000 EXEMPLARES
DEPÓSITO LEGAL N.º 435568/17
TODOS OS TEXTOS SÃO DA EXCLUSIVA AUTORIA E RESPONSABILIDADE DOS AUTORES

Santa Casa da Misericórdia
S. Miguel de Refojos